



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria das Cidades

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL 2014

**Ceará
junho/2015**

Lista de Figuras

Figura 1. Evolução do Indicador Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias, Ceará, 2007-2014.....	23
Figura 2. Famílias Beneficiadas com Habitações de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2014.....	27
Figura 3. Evolução do Indicador % População Beneficiada com Rede de Distribuição de Água, Fortaleza–Ce, 2007-2014.....	33
Figura 4. Evolução do Indicador % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água, Ceará, 2007-2014.....	34
Figura 5. Evolução do Indicador % População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Coletora de Esgoto Sanitário operada pela Cagece, Ceará, 2007-2014.....	39
Figura 6. Evolução do Indicador % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário operada pela Cagece, Ceará, 2007-2014.....	40
Figura 7. Evolução do Indicador População Urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos, Ceará, 2007-2014.....	58
Figura 8. Evolução do Indicador População Urbana do Interior (exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos, Ceará, 2007-2014.....	60

Lista de Mapas

Mapa 1. Municípios elegíveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – SUB-50, com destaque para os que receberam unidades habitacionais em 2014 pela Secretaria das Cidades no PMCMV 2-Sub 50.....	11
Mapa 2. Municípios elegíveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – FAR, com destaque para os que receberam unidades habitacionais, Secretaria das Cidades, 2014... 15	15
Mapa 3. Municípios com Unidades Habitacionais Contratadas com Apoio do Governo do Estado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV - FAR e PMCMV - PNHR), Ceará, 2014.....	19
Mapa 4. Municípios beneficiados com Unidades Habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV 2 – Sub 50, PMCMV – FAR e PMCMV – PNHR), Ceará, 2014.	21
Mapa 5. Concessões Municipais - Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, Ceará, 2014.	30
Mapa 6. Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário operados pela Cagece, Ceará, 2014.	31
Mapa 7. Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário Não Operados pela Cagece, Ceará, 2014.	35
Mapa 8. Número Médio de Obras Urbanas por Município segundo Macrorregião Administrativa, Ceará (exceto Fortaleza), 2007-2014.	47
Mapa 9. Valor Médio de Recursos Disponíveis (R\$) por Município segundo Macrorregião Administrativa, Ceará (exceto Fortaleza), 2007-2014.	47
Mapa 10. Distribuição das Obras Urbanas, Ceará (exceto Fortaleza), 2014.....	49
Mapa 11. Distribuição dos municípios beneficiados com obras urbanas, Ceará, 2007-2014.	50
Mapa 12. Localização Prevista dos Aterros Sanitários, Segundo Estudos Técnicos e Econômicos, Ceará, 2006.	52
Mapa 13. Situação dos Municípios quanto à formação dos Consórcios Públicos, Ceará, 2012.	55

Lista de Tabelas

Tabela 1. Indicador do Resultado Estratégico Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2014.	8
Tabela 2. Número de unidades habitacionais contratadas na modalidade PMCMV – FAR no Ceará em 2014.	13
Tabela 3. Número de unidades habitacionais contratadas na modalidade PMCMV – PNHR, Ceará, 2014.	17
Tabela 4. Unidades Habitacionais Contratadas com Apoio do Governo do Estado do Ceará – Secretaria das Cidades no âmbito do PMCMV (FAR e PNHR), Ceará, 2014.	18
Tabela 5. Unidades Habitacionais Entregues no âmbito do PMCMV 2 – SUB 50 e PMCMV (FAR e PNHR), Ceará, 2014.	20
Tabela 6. Unidades Habitacionais Entregues pelo Governo do Estado, Ceará, 2007-2014.	22
Tabela 7. Famílias Beneficiadas com Habitações de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2014.	27
Tabela 8. Indicadores do Resultado Estratégico Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário, Ceará, 2007-2014.	29
Tabela 9. Indicadores do Resultado Estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões, Ceará, 2007-2014.	43
Tabela 10. Quantidade de Obras Urbanas e Municípios Beneficiados (exceto Fortaleza), Secretaria das Cidades, 2007-2014.	46
Tabela 11. Obras Urbanas no Interior (CE exceto Fortaleza), Ceará, 2014.	48
Tabela 12. Consórcios Públicos Formados por Iniciativa do Governo Estado do Ceará no período 2008-2011.	54
Tabela 13. Indicadores do Resultado Estratégico Expansão das Economias Locais, Ceará, 2007-2014.	65

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	6
II.	RESULTADOS ESTRATÉGICOS.....	8
1.	RESULTADO 1 – EXPANSÃO DA OFERTA DE MORADIAS DE INTERESSE SOCIAL ADEQUADAS	8
1.1.	Análise do Indicador de Resultado: Percentual de Atendimento à Demanda Identificada e Programada de Moradias (2007-2014).....	8
1.2.	Influência dos Produtos no Resultado Estratégico.....	24
1.2.1.	Produto Unidade Habitacional (2014).....	25
1.2.1.1.	Projetos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.....	25
1.2.1.2.	Projeto Maranguapinho	25
1.2.1.3.	Projetos no âmbito das Operações Coletivas e PSH.....	25
1.2.1.4.	Projeto em Parceria com Municípios em Regime de Mutirão (Leilão).....	25
1.2.2.	Produto Unidades Sanitárias Domiciliares (2014).....	26
1.2.3.	Produto Fogões Sustentáveis (2014)	26
1.2.4.	Produto Reformas (2014).....	26
2.	RESULTADO 2 – AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	29
2.1.	Análise do Indicador de Resultado: % População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2014).....	32
2.2.	Análise do Indicador de Resultado: % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2014).....	33
2.3.	Influência dos Produtos nos Resultados Estratégicos	36
2.3.1.	Produto Ligação Domiciliar de Água Realizada (2014).....	36
2.3.2.	Produto Ligação Domiciliar de Água Efetivada (2014).....	37
2.4.	Análise do Indicador de Resultado: % População de Fortaleza Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2014)	38
2.5.	Análise do Indicador de Resultado: % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2014) ...	39
2.6.	Influência dos Produtos nos Resultados Estratégicos	41
2.6.1.	Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada (2014)	41
2.6.2.	Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Efetivada (2014).....	42
2.7.	Cobertura de Água da População Total (Urbana + Rural) do Estado do Ceará e Cobertura de Esgoto da População Total (Urbana + Rural) do Estado do Ceará	42
3.	RESULTADO 3 – MELHORIA DA ESTRUTURA URBANA DE CIDADES E REGIÕES	43
3.1.	Estruturação Urbana	44
3.1.1.	Análise do Indicador de Resultado: Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana (2007-2014)	44
3.1.2.	Influência dos Produtos no Resultado Estratégico	48
3.1.2.1.	Produto Obra Urbana Implantada	48
3.2.	Destinação Final Adequada dos Resíduos Sólidos	51
3.2.1.	Análise do Indicador de Resultado: População Urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2014)	57
3.2.2.	Análise do Indicador de Resultado: População Urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2014).....	59
3.2.3.	Influência do Produto no Resultado.....	60
3.2.3.1.	Produto Aterro Sanitário Construído (2014).....	60
4.	RESULTADO 4 – EXPANSÃO DAS ECONOMIAS LOCAIS	65
4.1.	Análise do Indicador de Resultado: Produtores Beneficiados com Ações de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	66

I. INTRODUÇÃO

A Secretaria das Cidades (CIDADES) apresenta o Relatório de Desempenho 2014 com uma análise do setor a partir do foco da Gestão Pública orientada por Resultados – GPR.

Neste documento são analisados os resultados estratégicos “**Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas**”, relacionado à função de governo Habitação; “**Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões**”, relacionado à função de governo Urbanismo e Saneamento, notadamente os resíduos sólidos; e “**Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário**”, relacionado à função de governo Saneamento, cujas ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário são executadas por meio da entidade vinculada Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece.

Também apresenta a análise da setorial no resultado estratégico “**Expansão das Economias Locais**”, o qual não possui vinculação direta com função de governo, no entanto demonstra o trabalho realizado pela SCidades junto a grupos de produtores.

Ressalte-se que os resultados são impulsionados pela execução de ações – projetos e atividades – desenvolvidas no âmbito do Programa Habitacional, Programa Desenvolvimento Urbano, Programa Saneamento Ambiental e Programa Desenvolvimento Regional.

Destaque-se neste contexto o trabalho técnico social, ora realizado pela SCidades, ora pela Cagece, ora pelos Municípios, que se constitui num importante elemento a viabilização dos projetos e na escuta da população atingida/beneficiada pelas ações e no direcionamento das demandas provenientes desse público.

Parte das ações do trabalho técnico social inclui atividades de mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e de geração de emprego e renda que objetivam o desenvolvimento da população beneficiária dos projetos. Essas atividades também contribuem para a sustentabilidade dos empreendimentos.

Os resultados também são alcançados, no médio e longo prazo, por meio da execução de projetos especiais de melhoria urbana e ambiental, a exemplo do Rio Maranguapinho, Rio Cocó, que integram ações de habitação, estruturação urbana, saneamento básico e obras hídricas; e do Projeto Dendê, que também inclui essas ações, excetuando-se as obras hídricas.

Esses projetos objetivam a melhoria da estrutura urbana de cidades, a recuperação de áreas degradadas e a retirada de famílias de áreas de proteção ambiental e em situação de risco para residenciais dotados de infraestrutura e serviços públicos.

Os resultados refletem, ainda, o esforço do trabalho da Secretaria no sentido da implementação da estratégia do Governo relacionada à desconcentração espacial do desenvolvimento do Estado, fundamentada em estudos realizados na gestão 2003-2006, implementada em sucessivas gestões.

Na SCidades são executadas ações que visam fortalecer alguns pólos regionais indicados por meio de estudos econômicos como alternativas de solução para o desenvolvimento do Estado de forma mais equilibrada e, dessa forma, contribuir em longo prazo para a desconcentração do desenvolvimento, ainda tão focado na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, para outras regiões do Estado.

Nesse sentido, além da iniciativa do governo no sentido da regionalização do orçamento, destaque-se nesta setorial a execução do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional – Cidades do Ceará – Cariri Central e o Projeto Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú, ambos no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional.

A entidade vinculada Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades não se insere nesta análise, pois a Secretaria do Planejamento e Gestão não procedeu em 2014 revisão da matriz de resultados estratégicos setoriais.

Ressalte-se que, na análise, os resultados estratégicos setoriais são medidos por meio de indicadores os quais buscam aferir em que medida as ações executadas por meio dos programas de governo foram eficazes, ou seja, geraram o efeito esperado. Por fim, apresenta-se o desempenho dos principais produtos em 2014 e sua contribuição para o alcance desses resultados.

II. RESULTADOS ESTRATÉGICOS

1. RESULTADO 1 – EXPANSÃO DA OFERTA DE MORADIAS DE INTERESSE SOCIAL ADEQUADAS

Tabela 1. Indicador do Resultado Estratégico Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2014.

INDICADOR	EXERCÍCIO							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Percentual de Atendimento à Demanda Identificada e Programada de Moradias	38,2%	31,8%	45,7%	40,0%	84,4%	74,1%	77,9%	51,8%

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPES.

O resultado estratégico Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas reflete a atuação da Secretaria das Cidades em benefício de uma “oferta de moradia digna às famílias excluídas dos mecanismos de mercado para a aquisição da casa própria”, que estão “em situação de risco, residentes em áreas ambientalmente degradadas”, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional qualitativo e quantitativo no Estado.

A atuação do Estado na redução desse déficit é também uma oportunidade de minimizar a ocorrência de doenças que poderiam ser evitadas, a exemplo da doença de chagas, entre a população que reside em áreas de riscos e que estão em situação inadequada de moradia (casas de taipa).

O resultado apresentado neste item é mensurado pelo indicador Percentual de Atendimento à Demanda Identificada e Programada de Moradias.

1.1. Análise do Indicador de Resultado: Percentual de Atendimento à Demanda Identificada e Programada de Moradias (2007-2014)

O indicador Percentual de Atendimento à Demanda Identificada e Programada de Moradias representa a proporção de unidades habitacionais de interesse social entregues no ano, em relação à demanda identificada e programada de unidades habitacionais para o ano.

Esse indicador não é efetivo na explicação do déficit habitacional, porque representa apenas a capacidade de atendimento da Secretaria das Cidades frente às demandas apresentadas pelas prefeituras municipais e entidades.

O Plano de Habitação do Ceará elaborado no período 2010/2011 subsidiou a Secretaria das Cidades no planejamento de suas ações com a identificação dos números referentes à problemática habitacional do Estado. Em relação ao déficit quantitativo foi registrada à época a carência de 608 mil unidades habitacionais, enquanto o déficit qualitativo, a inadequação de 868 mil unidades.

Com o propósito de apoiar os municípios no combate ao déficit habitacional quantitativo, o Estado vem desempenhando o papel de indutor e, desde 2011, articula junto à União, Municípios, entidades da sociedade civil organizada, instituições financeiras e empresários do setor da construção civil, a dinamização da produção habitacional no Estado.

Destaque-se que o papel exercido pelo Estado vai além da articulação e mobilização dos agentes envolvidos. Inclui também o aporte de recursos, a viabilização de infraestrutura, quando necessária, e o acompanhamento da execução dos empreendimentos.

Sobre a atuação do Estado no enfrentamento do déficit habitacional, saliente-se o trabalho de reassentamento das famílias retiradas de áreas de riscos de intervenções urbanísticas sob a responsabilidade da Secretaria, e o desempenho em 2012 do Poder Executivo junto à Assembleia Legislativa do Ceará, para obter a aprovação da Lei Estadual nº 15.143, que autorizou o aporte de recursos financeiros no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV do Governo Federal. Também foi aprovado em 2012 o Decreto nº 30.968, de 19/07/2012, D.O.E. nº 141, de 25/07/2012, que regulamenta a referida lei. Complementarmente, com o objetivo de incrementar o desempenho do Estado, a Secretaria das Cidades mobilizou os agentes relacionados ao desenvolvimento do PMCMV e criou um Comitê Interinstitucional.

O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV foi criado pela Lei Federal nº 11.977/2009, posteriormente alterada pela Lei Federal nº 12.424/2011, com a “finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos, e à produção ou reforma de habitações rurais para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (Quatro mil seiscentos e cinquenta reais)”. É formado pelo Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. A participação do Estado está restrita, prioritariamente, às modalidades que atendem às famílias de baixa renda.

Com esse intuito, para possibilitar atendimento aos 184 municípios do Estado na gestão 2011-2014, o Governo do Estado do Ceará elegeu como estratégia atuar em três

modalidades do PMCMV: Sub-50, Far e PNHR, sendo que em 2014 foram priorizadas as modalidades Sub50, no PMCMV2, Far e PNHR no PMCMV.

Em todas as modalidades de atuação, os beneficiários devem estar inscritos nos cadastros dos Municípios ou do Estado. Também deverão estar devidamente cadastrados no Cadúnico do Governo Federal.

A primeira das modalidades que a Secretaria das Cidades atua é a Sub 50, voltada ao atendimento de famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil (Hum mil e seiscentos reais), residentes em municípios com população de até 50 mil habitantes. No Estado do Ceará poderão ser atendidos até 142 municípios (**Mapa 1**). Essa modalidade prevê a construção e entrega de unidades habitacionais em áreas urbanas, por intermédio de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central e habilitadas pelo Ministério das Cidades.

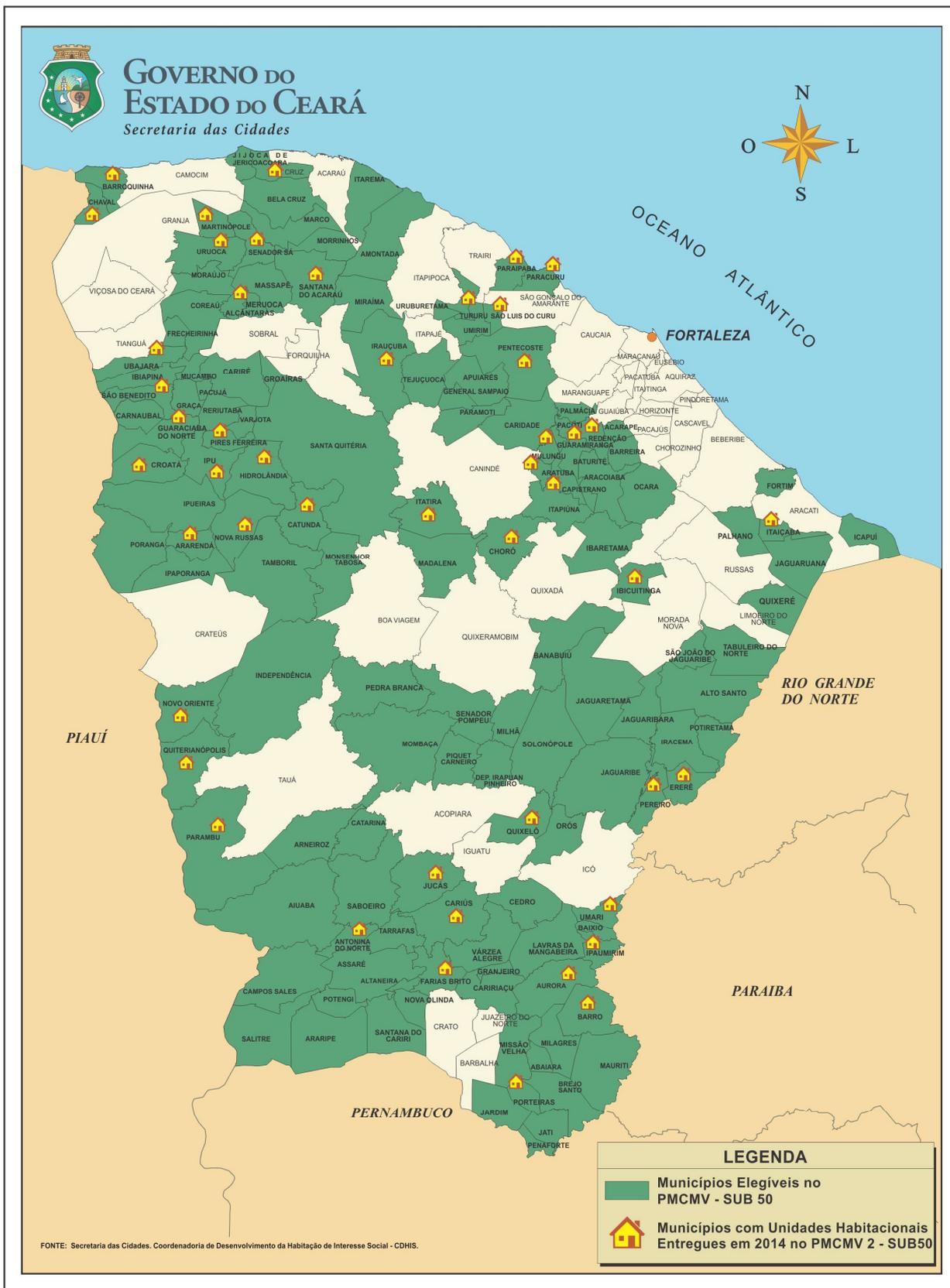
O investimento da União nessa modalidade é de R\$ 25 mil (Vinte e cinco mil reais) por unidade habitacional, subsidiado com recursos oriundos do Orçamento Geral da União. O Estado aporta nas operações das quais participa como agente promotor, o valor adicional de R\$ 3 mil (Três mil reais) por unidade, por meio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – Fecop. O Trabalho Social é realizado por cada município, por meio das prefeituras municipais.

Como já mencionado, o PMCMV 2–Sub 50 foi uma das modalidades priorizadas pela Secretaria das Cidades em 2014. Ele foi contratado junto ao Governo Federal no 2º semestre de 2012 com a previsão de 2.660 unidades habitacionais distribuídas em 61 municípios. A autorização de obras para essas unidades foi concedida somente em 2013, quando foram contratadas 2.462 unidades habitacionais.

Ainda no ano de 2014, o Ministério das Cidades autorizou a contratação de mais 7 unidades habitacionais, nos municípios de Quiterianópolis (01), Madalena (02), Aratuba (01), Mulungu (01) e Pacoti (02), que não haviam sido autorizadas anteriormente.

Foram entregues em 2014 o total de 956 unidades habitacionais, distribuídas em 48 municípios do interior do Estado (**Mapa 1**), a maioria (26,36%) localizada na macrorregião de planejamento Litoral Oeste. Foram beneficiadas 3.967 pessoas.

Mapa 1. Municípios elegíveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – SUB-50, com destaque para os que receberam unidades habitacionais em 2014 pela Secretaria das Cidades no PMCMV 2-Sub 50



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

A segunda modalidade do PMCMV, priorizada pela Secretaria das Cidades, é vinculada aos recursos do Fundo de Arrendamento Residencial e por este motivo é conhecida como PMCMV-FAR.

Esta modalidade prevê a construção e entrega de unidades habitacionais por intermédio de instituições financeiras oficiais federais, e é voltada ao atendimento de famílias com renda mensal até R\$ 1,6 mil (Hum mil e seiscentos reais), residentes nas capitais, suas respectivas regiões metropolitanas e municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes. No Estado do Ceará poderão ser atendidos até 42 municípios (**Mapa 2**).

O PMCMV-FAR é lastreado com recursos do Governo Federal, depositados no Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, de financiamentos do CPAC/CEF e CPAC/Banco do Brasil, e do Tesouro Estadual. As operações de financiamento citadas destinam-se à complementação de contrapartidas em contratos do Programa em que o Estado do Ceará participe como contratante ou interveniente, no âmbito do Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento (CPAC/FGTS), nos termos do Art. 9º-S da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.827, de 05 de julho de 2012, alterada pelas Resoluções nº 4.098, de 28 de junho de 2012, nº 4.158, de 22 de novembro de 2012 e nº 4.182, de 31 de janeiro de 2013.

Foi a partir da Lei Nº 15.369 de 13 de julho de 2013, que "Autoriza o Poder Executivo a Contratar Financiamentos junto a Instituições Financeiras Nacionais Integrantes do Sistema Financeiro Nacional", publicado no D.O.E. de 24 de julho de 2013, que o Estado do Ceará uniu esforços para contratar as operações citadas (CPAC) junto à Caixa e ao Banco do Brasil.

O investimento da União em cada unidade habitacional é de R\$ 63 mil (Sessenta e três mil reais) na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF e de R\$ 59 mil (Cinquenta e nove mil reais) nos demais municípios, conforme estabelece a Portaria nº 465, de 3 de outubro de 2011, D.O.E 191, de 4/10/2011, do Ministério das Cidades. Nas operações realizadas com a participação do Estado é previsto aporte de contrapartida, em recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Fecop, que varia conforme o valor do empreendimento habitacional.

No PMCMV-FAR foram contratadas em 2014 um total de 15.861 unidades habitacionais distribuídas em 10 municípios do Estado do Ceará, em projetos onde o Estado do Ceará

aportou recursos de contrapartida para viabilizar a contratação dos Empreendimentos.
(Tabela 2)

Tabela 2. Número de unidades habitacionais contratadas na modalidade PMCMV – FAR no Ceará em 2014.

ORDEM	Município	Nº de UHs
1	Canindé	495
2	Caucaia	1.216
3	Crateús	180
4	Fortaleza	9.888
5	Maracanaú	288
6	Pacatuba	256
7	Quixadá	1.454
8	Quixeramobim	412
9	Sobral	1.280
10	Trairi	392
TOTAL		15.861

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS.

Das 15.861 unidades contratadas foram entregues 2.068 unidades habitacionais, sendo 960 unidades do Empreendimento Cidade Jardim, localizado no município de Fortaleza, e 1.108 unidades do Empreendimento Orgulho Tropical I, localizado no município de Sobral, o que beneficiou 8.582 pessoas **(Mapa 2)**.

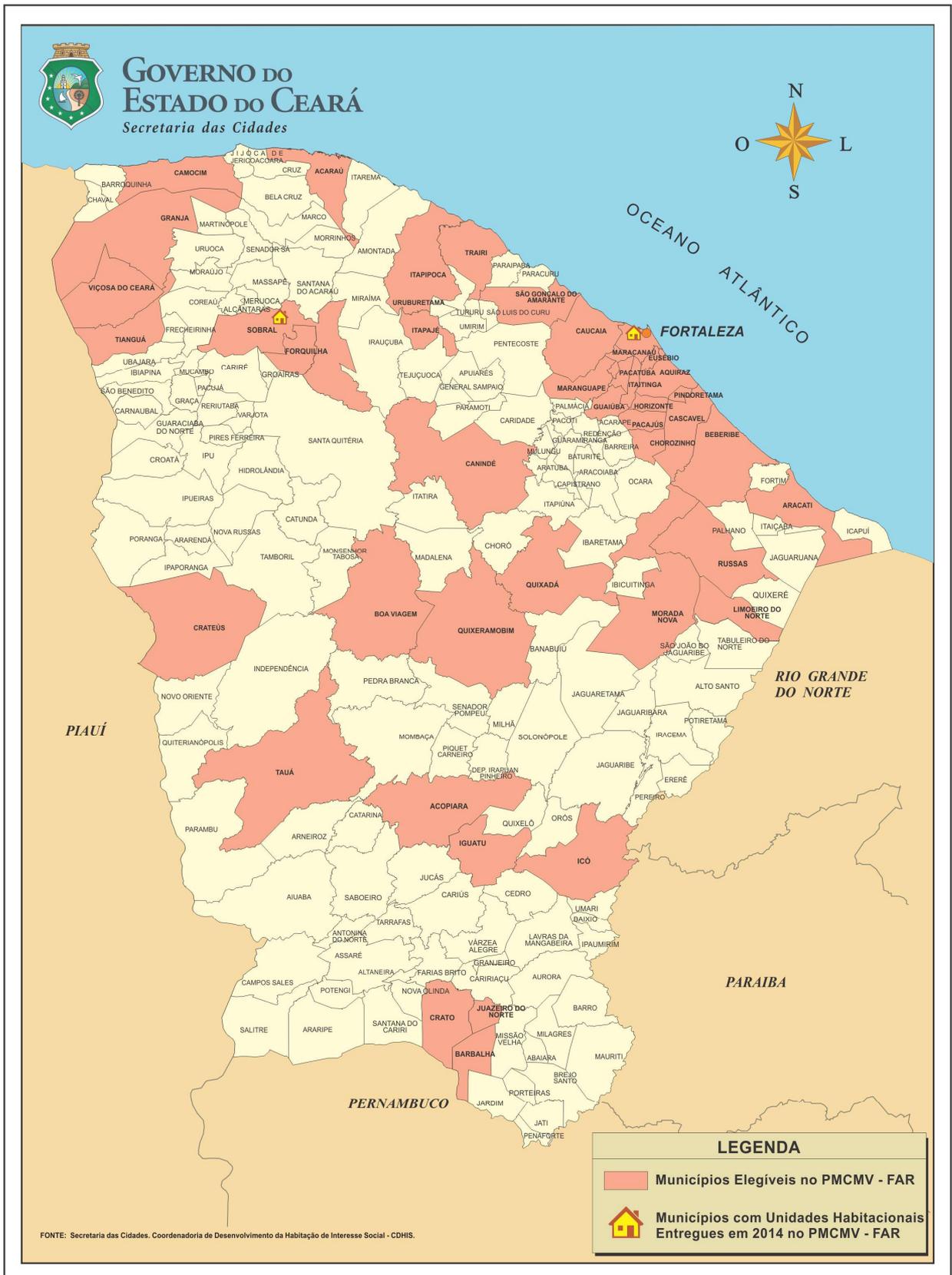
Dentre os projetos contratados, destaca-se o projeto do **Empreendimento Orgulho do Ceará**, localizado no município de Maracanaú, às margens da Rodovia 4º Anel Viário, onde serão construídas 2.096 unidades habitacionais destinadas às famílias inscritas no PMCMV do referido município. A obra referente a este projeto encontra-se em execução e

as unidades habitacionais só serão entregues aos beneficiários após a entrega definitiva do empreendimento e com aceitação por parte do agente financeiro e fiscalizador (Banco do Brasil), com previsão de entrega das unidades até o final de 2015. Os recursos de contrapartida do Estado para este projeto são oriundos da fonte Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Fecop, no valor de R\$ 4.192.000,00 (Quatro milhões, cento e noventa e dois mil reais) que foram repassados em um único desembolso para a conta específica do projeto na instituição financeira contratante da operação. Com a conclusão deste empreendimento, serão beneficiadas um total de 8.700 pessoas, aproximadamente.

Outro projeto é o **Residencial José Lino da Silveira (Etapas I, III, V e VII)**, localizado no município de Caucaia, sendo constituído de 1.216 unidades habitacionais. Ele é destinado às famílias residentes e inscritas no PMCMV do referido município. A obra encontra-se em execução e as unidades habitacionais somente serão entregues aos beneficiários após a entrega definitiva do empreendimento e com aceitação por parte do agente financeiro e fiscalizador (Caixa).

Os recursos de contrapartida do Estado para este Empreendimento são compostos pelas fontes Fecop, no valor de R\$ 3.681.467,47 (Três milhões, seiscentos e oitenta e um mil quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos), e CPAC/CEF R\$ 6.069.300,00 (Seis milhões, sessenta e nove mil e trezentos reais) que foram repassados em um único desembolso para a conta específica do projeto na instituição financeira contratante da operação. Com a conclusão deste empreendimento, serão beneficiadas 5.046 pessoas, aproximadamente.

Mapa 2. Municípios elegíveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – FAR, com destaque para os que receberam unidades habitacionais, Secretaria das Cidades, 2014.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

A terceira modalidade, PMCMV-PNHR, direcionada a agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda anual até R\$ 15 mil (Quinze mil reais), prevê a construção ou reforma de unidades habitacionais executadas por intermédio de Entidades Organizadoras que apresentam projetos às instituições financeiras federais. Nessa modalidade poderão ser beneficiados todos os municípios, em suas áreas rurais.

No Ceará, a realidade das moradias rurais é preocupante. Ainda se encontram habitações insalubres e inseguras para seus moradores. São espaços exíguos, construídos em pau-a-pique/taipa, com cobertura de palha e piso de terra batida ou de terra solta que não oferecem segurança, privacidade e proteção adequada.

Destarte, o objetivo é reduzir o déficit habitacional rural, incentivando a manutenção da família no campo e oferecendo moradia digna por meio de reforma ou construção de novas moradias. Nesse último caso, pode tratar-se também de substituição de casas de taipa.

No PMCMV–PNHR o investimento da União (recursos do Orçamento Geral) é de até R\$ 28,5 mil (Vinte e oito mil e quinhentos reais) por cada unidade habitacional (edificação), até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para o trabalho social e até R\$ 600,00 (seiscentos reais) para assistência técnica, conforme Portaria n.º 229, de 28 de maio de 2012. O Governo do Estado do Ceará aporta até R\$ 4 mil (Quatro mil reais) por unidade, com recursos do Fecop, sendo parte desses recursos (Hum mil reais) destinada à assistência técnica das Entidades proponentes.

Por intermédio das Entidades Organizadoras, os beneficiários precisam comprovar o seu enquadramento no Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF e o cumprimento das exigências do referido programa.

Em 2014, foram contratadas nessa modalidade 1.232 unidades habitacionais em 25 municípios, conforme a Tabela 03, beneficiando um total de 5.113 pessoas.

Tabela 3. Número de unidades habitacionais contratadas na modalidade PMCMV – PNHR, Ceará, 2014.

ORD	Município	Nº de UHs
1	Cascavel	49
2	Abaiara	50
3	Barro	50
4	Catarina	49
5	Caucaia	125
6	Fortim	37
7	Graça	6
8	Irauçuba	22
9	Itapajé	28
10	Itapipoca	24
11	Itarema	64
12	Maracanaú	49
13	Marco	50
14	Massapê	10
15	Mucambo	04
16	Nova Olinda	50
17	Ocara	38
18	Pacujá	55
19	Pedra Branca	66
20	Porteiras	50
21	São Benedito	27
22	Tejuçuoca	62
23	Trairi	50
24	Tururu	71
25	Umirim	146
TOTAL		1.232

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS.

É importante salientar que somente são computadas as unidades concluídas/entregues quando se alcança 100% da prestação de contas pela instituição financeira contratante. Dessa forma, no ano de 2014 foram concluídas e entregues 159 unidades habitacionais, nos municípios de Capistrano (25 Uhs), Marco (36 Uhs), Milhã (49 Uhs) e Umirim (49 Uhs), beneficiando, aproximadamente, um total de 660 pessoas.

Nos projetos do PNHR o Trabalho Social é desenvolvido pela Entidade Organizadora proponente.

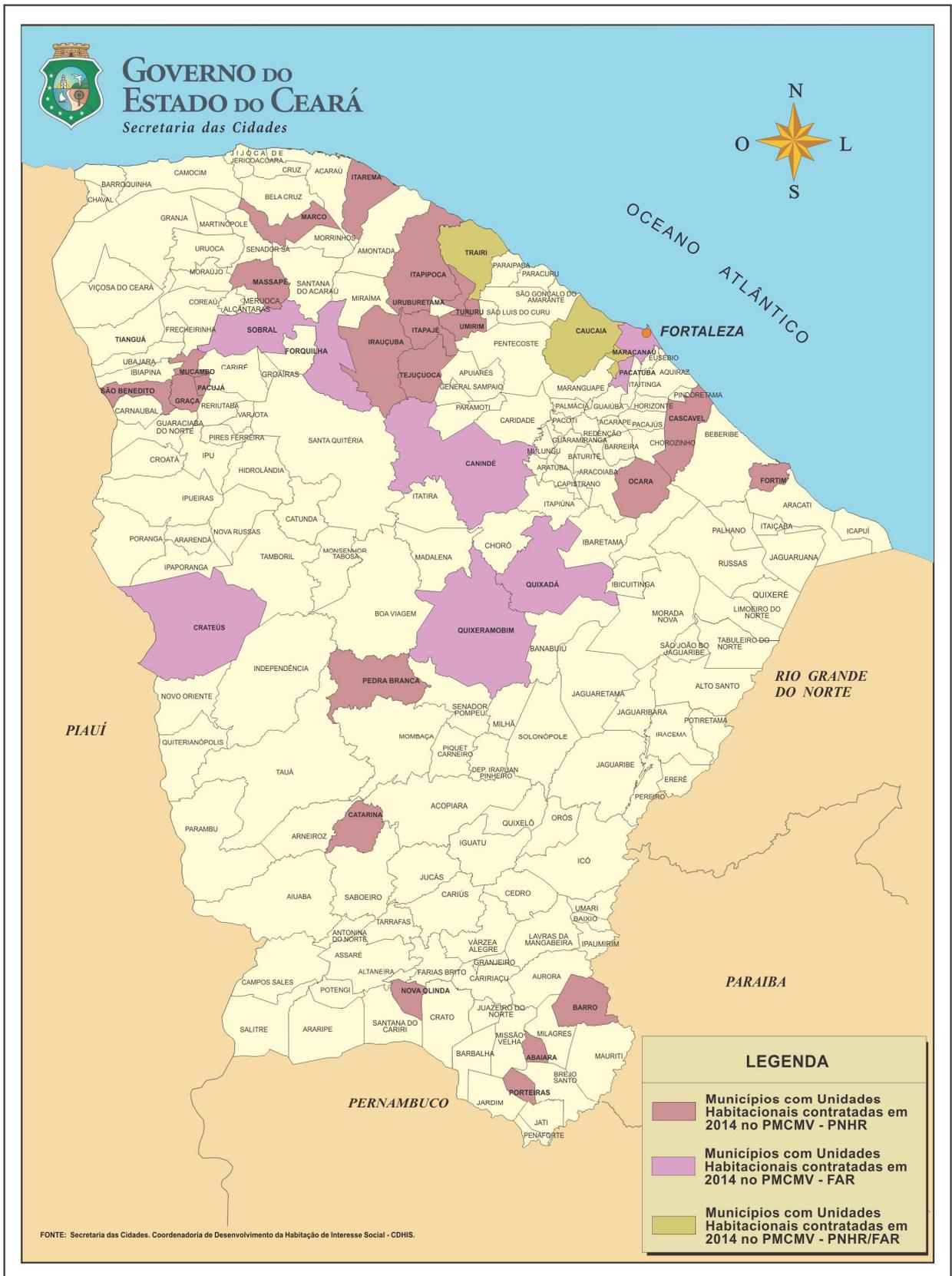
Em síntese, foram contratadas nas modalidades PMCMV – FAR e PMCMV – PNHR em 2014 um total de 17.093 unidades habitacionais em 32 municípios do Estado, as quais irão beneficiar aproximadamente 70.936 pessoas. Na modalidade PMCMV 2 - SUB 50 não ocorreu contratação.

Tabela 4. Unidades Habitacionais Contratadas com Apoio do Governo do Estado do Ceará – Secretaria das Cidades no âmbito do PMCMV (FAR e PNHR), Ceará, 2014.

MODALIDADES	NÚMERO DE MUNICÍPIOS APOIADOS	NÚMERO DE UH CONTRATADAS
FAR	10	15.861
PNHR	25	1.232
TOTAL PMCMV¹	32	17.093

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.
 Nota: 1. Total de municípios beneficiados do PMCMV, eliminados os municípios repetidos.

Mapa 3. Municípios com Unidades Habitacionais Contratadas com Apoio do Governo do Estado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV - FAR e PMCMV - PNHR), Ceará, 2014



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS.

Em relação às unidades habitacionais entregues no Estado em 2014, foram, em sua totalidade, 3.183 Uhs em 53 municípios, beneficiando aproximadamente 13.209 pessoas.

(Tabela 5)

Tabela 5. Unidades Habitacionais Entregues no âmbito do PMCMV 2 – SUB 50 e PMCMV (FAR e PNHR), Ceará, 2014.

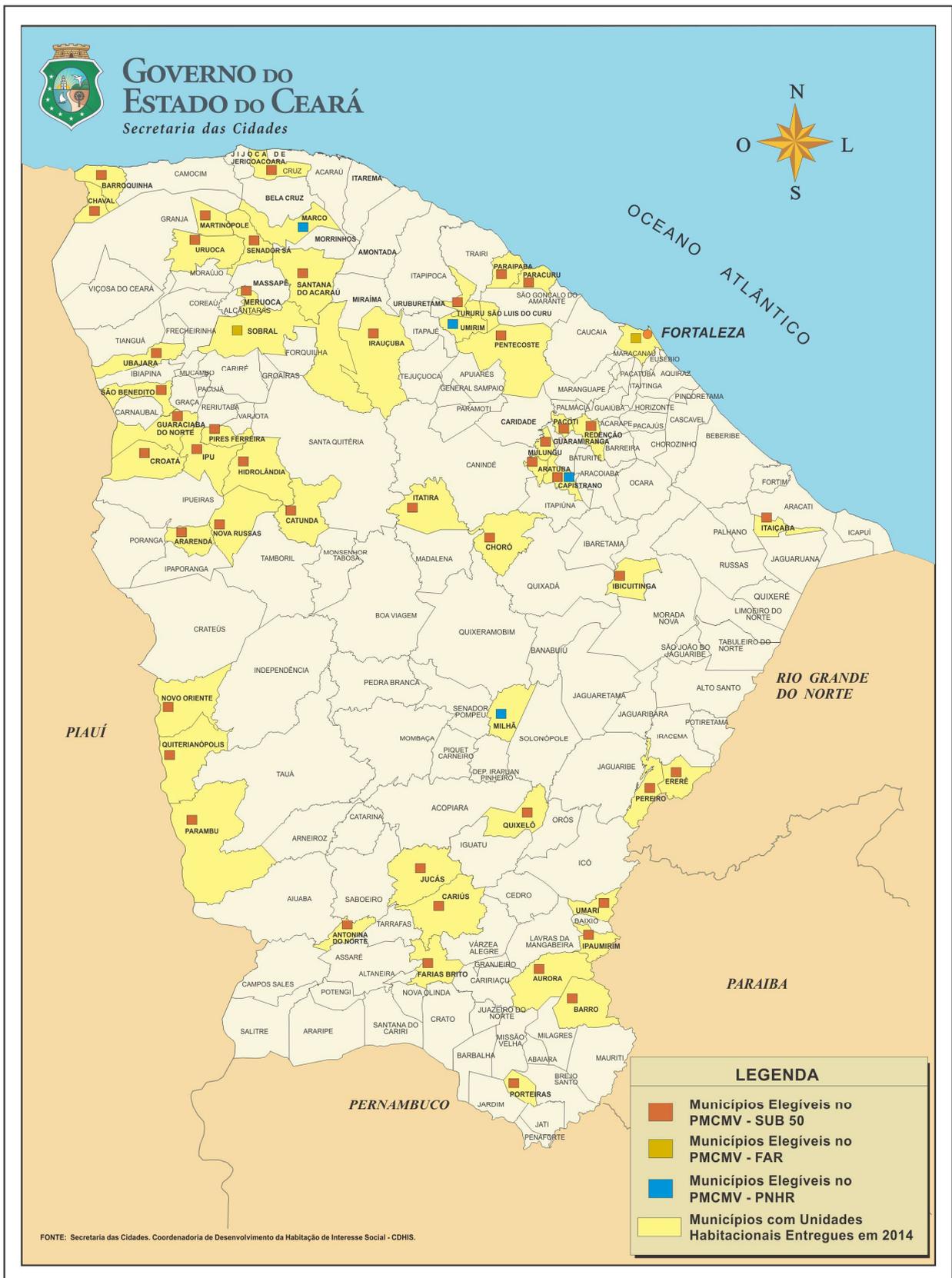
MODALIDADES	NÚMERO DE MUNICÍPIOS APOIADOS	NÚMERO DE UH ENTREGUES
SUB-50	48	956
FAR	02	2.068
PNHR	04	159
TOTAL PMCMV¹	53	3.183

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

Nota: 1. Total de municípios beneficiados do PMCMV, eliminados os municípios repetidos.

Os desafios na área habitacional estão relacionados à ampliação de parcerias no âmbito do PMCMV. Destaca-se também a necessidade de fortalecer o modelo de gestão dos municípios no sentido de adequar os órgãos competentes nas prefeituras para tratar a habitação de forma integrada as funções urbanismo e saneamento, e, ainda, o desafio de articular a participação popular por meio dos Conselhos Municipais das Cidades.

Mapa 4. Municípios beneficiados com Unidades Habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV 2 – Sub 50, PMCMV – FAR e PMCMV – PNHR), Ceará, 2014.



Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

Tabela 6. Unidades Habitacionais Entregues pelo Governo do Estado, Ceará, 2007-2014.

Exercício	Unidades Habitacionais Entregues	Variação ano a ano(%)
2007	1.411	-
2008	1.054	-25,3
2009	2.495	136,7
2010	2.117	-15,2
2011	3.853	82,0
2012	5.045	30,9
2013	2.727	-45,9
2014	3.183	16,7
Total	21.885	125,6%¹

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPEs.

Nota: 1. Variação percentual entre 2007 e 2014.

Períodos de grande estiagem, quando não acompanhados de medidas administrativas dos governos federal e estadual no sentido de prover os recursos necessários à subsistência da população e a permanência nos seus locais de habitação, são também capazes de agravar o problema da falta de habitações, em decorrência do êxodo rural da população rumo aos grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Ainda que não se constituam resultado direto da execução da política habitacional do Estado, uma vez que foram alavancados a princípio pela necessidade de melhoria urbana e ambiental, a Secretaria das Cidades, além do Projeto Rio Maranguapinho (Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia), também vem empreendendo esforços no sentido da execução de outros dois importantes Projetos Especiais: Rio Cocó (Fortaleza, Pacatuba, Maracanaú e Itaitinga), que teve sua estruturação iniciada em 2008, e o Dendê (Fortaleza), cuja concepção foi iniciada em 2010, todos em andamento. Em 2014 não ocorreu nenhuma entrega desses projetos.

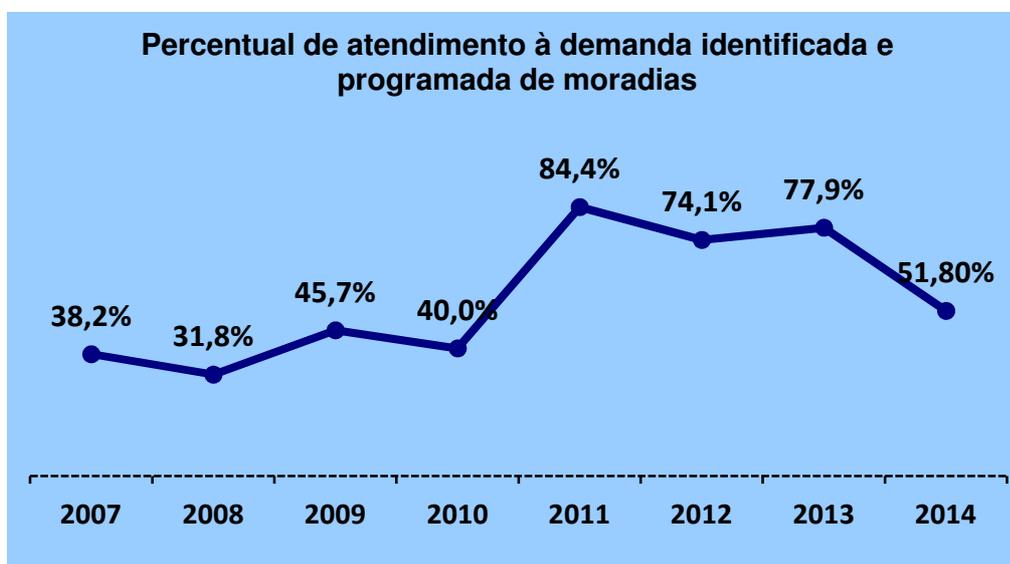
Os projetos de construção de unidades habitacionais são de lenta maturação e o desafio no combate ao déficit habitacional quantitativo é complexo e envolve outros componentes, além da unidade habitacional. Requer um conjunto de elementos estruturais e integrados que se combinam e fornecem o suporte necessário à cidade, que desafiam a Secretaria das Cidades à articulação no sentido da incorporação desses componentes a exemplo de

infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo e equipamentos para a prática de atividades de lazer e para a oferta de serviços públicos.

Todos esses fatores influenciam no desempenho do indicador de resultado “Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias”.

Não obstante as dificuldades que envolvem a produção de unidades habitacionais, registrou-se no período de 2007-2014, no que se refere às entregas, uma expansão de 125,6% conforme evidenciado na Tabela 6.

Figura 1. Evolução do Indicador Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias, Ceará, 2007-2014.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPES.

A evolução do indicador em 2009 refere-se à retomada dos investimentos, em virtude da produção oriunda do Projeto de Construção de Unidades Habitacionais em Fortaleza, que incluía os Projetos no âmbito do Pro-Moradia, da CAIXA e dos Projetos de Construção de Unidades Habitacionais em parceria com os Municípios.

Em 2010 a piora deveu-se a frustração das entregas previstas de empreendimentos no âmbito do Projeto Maranguapinho, provocado pela retenção dos recursos federais em decorrência da Operação Gárgula, da Polícia Federal.

Também houve frustração, em 2010, no Projeto de Construção de Unidades Habitacionais em Regime de Mutirão, iniciativa do Estado em parceria com as Prefeituras Municipais oriunda do Leilão Habitacional realizado em 2009. A desistência dos municípios e as dificuldades de mobilização da população beneficiária para o trabalho foram alguns dos fatores que prejudicaram o desempenho do indicador.

Em 2011 o crescimento do indicador foi impulsionado pela maturação dos investimentos do Projeto de Construção de Unidades Habitacionais por meio do Programa Carta de Crédito - Operações Coletivas (Resolução 460) e Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, ambos da CAIXA, executado em parceria com Municípios e a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares – COOPERHAF, e pelo Projeto de Construção de Unidades Habitacionais por meio PMCMV 1.

Em 2012, o valor do indicador foi decorrente da mobilização necessária às atividades de planejamento e elaboração dos normativos referentes ao processo de aporte de recursos ao PMCMV e do intenso trabalho de articulação junto às partes envolvidas na viabilização da operação desse Programa.

Em 2013, muitas das obras que estavam em andamento, contratadas em anos anteriores, foram entregues, daí o relativo aumento do indicador em relação ao ano anterior.

Em 2014, os trâmites burocráticos junto às instituições financeiras, os relativos ao pagamento de indenizações, ao trabalho técnico social foram um dos fatores que contribuíram para o desempenho menor nesse ano. As dificuldades também enfrentadas na operacionalização de contratos de financiamento.

1.2. Influência dos Produtos no Resultado Estratégico

O resultado estratégico “Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequada” recebe influência direta do produto Unidade Habitacional. A seguir é apresentado o desempenho desse produto em 2014 nos diversos projetos.

1.2.1. Produto Unidade Habitacional (2014)

1.2.1.1. Projetos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV

Em 2014 foram entregues 3.183 unidades habitacionais. As dificuldades enfrentadas nesta modalidade foram motivadas pela demora na operacionalização do contrato de financiamento do CPAC com o Banco do Brasil. As dificuldades enfrentadas nesta modalidade foram motivadas em alguns momentos pela suspensão pelo Ministério das Cidades de novas contratações.

1.2.1.2. Projeto Maranguapinho

Em relação ao Projeto Rio Maranguapinho, foi dada continuidade na execução das obras dos Residenciais, porém não foi possível entregar nenhuma unidade habitacional. Os principais motivos foram trâmites burocráticos junto às instituições financeiras, que exigiram inúmeras análises.

1.2.1.3. Projetos no âmbito das Operações Coletivas e PSH

Sem entregas previstas para 2014.

1.2.1.4. Projeto em Parceria com Municípios em Regime de Mutirão (Leilão)

Sem entregas previstas para 2014.

O Resultado Estratégico “Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas” também é influenciado pelos produtos unidades sanitárias domiciliares (USDs), fogões ecoeficientes e reformas em unidades habitacionais.

Os produtos Fogões Ecoeficientes e Reformas, assim como as Unidades Sanitárias Domiciliares, apesar de não possuírem indicadores que apontem a contribuição no sentido da expansão da oferta de moradias de interesse social adequadas são melhorias habitacionais e uma vez que contribuem no aspecto qualitativo da habitação são incluídos nessa análise.

1.2.2. Produto Unidades Sanitárias Domiciliares (2014)

Em 2014 não foi registrada execução física para o produto unidades sanitárias domiciliares. O Projeto que anteriormente era conhecido como kits sanitários havia sido suspenso em 2011 por determinação do Tribunal de Contas do Estado – TCE, pela necessidade de apuração de denúncias de irregularidades na execução de alguns projetos.

1.2.3. Produto Fogões Sustentáveis (2014)

Com o volume de recursos para o ano de 2014, tanto para aquisição dos fogões como para as ações de assistência técnica para capacitação das famílias beneficiadas com o fogão sustentável, foi possível a aquisição e entrega de 2.901 fogões, em 23 (vinte e três) municípios do interior do Estado do Ceará, beneficiando 12.039 pessoas, como também a realização de capacitação de 3.094 famílias. As capacitações buscavam orientar essas famílias na utilização do fogão sustentável, mas ainda contemplava ações de educação ambiental para conscientização acerca da importância da preservação do meio ambiente e da valorização da caatinga. Este projeto é financiado 100% com recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate a Pobreza – Fecop.

1.2.4. Produto Reformas (2014)

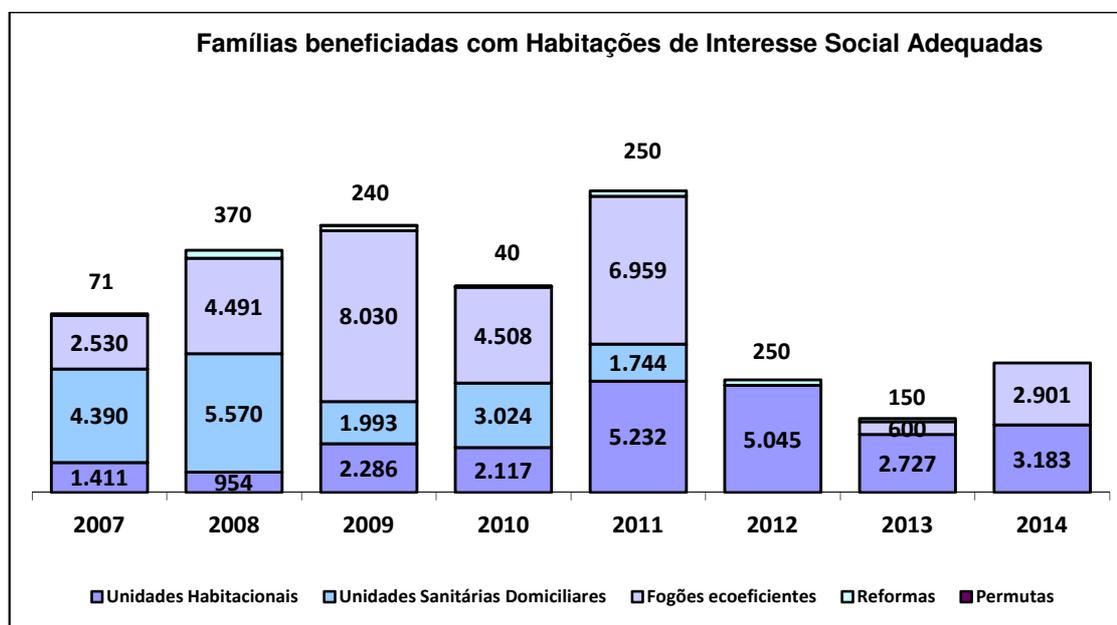
Mesmo com os esforços no sentido de realização deste projeto, e considerando as dificuldades apresentadas para realização do processo licitatório, o Município de Fortaleza solicitou formalmente a rescisão do Convênio 094/CIDADES/2014, informando que irá apresentar nova proposta em 2015. Dessa forma não houve execução física deste projeto. Os recursos foram devolvidos integralmente pelo Município ao Erário Estadual.

Tabela 7. Famílias Beneficiadas com Habitações de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2014.

Produto	Exercício								TOTAL
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Unidades Habitacionais	1.411	954	2.286	2.117	5.232	5.045	2.727	3.183	22.955
Unidades Sanitárias Domiciliares	4.390	5.570	1.993	3.024	1.744	0	0	0	16.721
Fogões Ecoeficientes	2.530	4.491	8.030	4.508	6.959	0	600	2.901	30.019
Reformas	71	370	240	40	250	250	150	0	1.371
Permutas	-	-	11	27	0	0	0	0	38
TOTAL	8.402	11.385	12.560	9.716	14.185	5.295	3.477	6.084	71.104

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPES.

Figura 2. Famílias Beneficiadas com Habitações de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2014.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – COPES.

Ainda na busca por bons resultados, destaca-se a relevância do trabalho social como um importante instrumento para a sustentabilidade dos investimentos. Salienta-se a realização em 2014 do trabalho técnico social nos municípios de Acaraú, Martinópolis, Itaipava.

Além disso, foram realizadas visitas sociais domiciliares, intermediadas por lideranças comunitárias, objetivando a aplicação dos cadastros habitacionais do Estado pelos técnicos sociais; visitas Institucionais; realização de estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais e reuniões técnicas.

Foi também realizado no ano passado o trabalho técnico social no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho (42.044 pessoas), entre as quais às das famílias reassentadas nos Residenciais Miguel Arraes, Rachel de Queiroz, Lupe de Paula e Leonel Brizola com capacitação de 8.682 pessoas em 153 atividades, sendo 2.205 pessoas em 37 atividades de Educação Sanitária e Ambiental, 5.933 pessoas em 87 atividades de Mobilização e Organização Comunitária e 544 pessoas em 29 atividades de Geração de Emprego e Renda.

Em 2014 foi realizado o pagamento de 1.129 indenizações de benfeitorias, sendo 57 indenizações no PMCMV, 966 no âmbito do Projeto Maranguapinho, e 106 no Projeto Cocó. Essa etapa foi marcada pela dificuldade na negociação dos valores de indenização das benfeitorias junto às famílias ocupantes do terreno, ocasionando atraso na liberação do terreno para a construção do empreendimento, fato este recorrente desde o início das tratativas em 2013.

2. RESULTADO 2 – AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Tabela 8. Indicadores do Resultado Estratégico Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário, Ceará, 2007-2014.

Indicador	Exercício							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
% População de Fortaleza beneficiada com Rede de Distribuição de Água	97,80%	97,66%	97,94%	98,29%	98,43%	98,48%	98,56%	98,59%
% População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Distribuição de Água	96,14%	96,40%	96,66%	96,98%	97,07%	97,27%	97,43%	97,63%
% População de Fortaleza beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário	50,56%	51,43%	52,21%	53,60%	53,45%	53,71%	54,74%	54,77%
% População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário	19,56%	20,42%	21,18%	22,78%	22,84%	24,28%	25,04%	25,51%

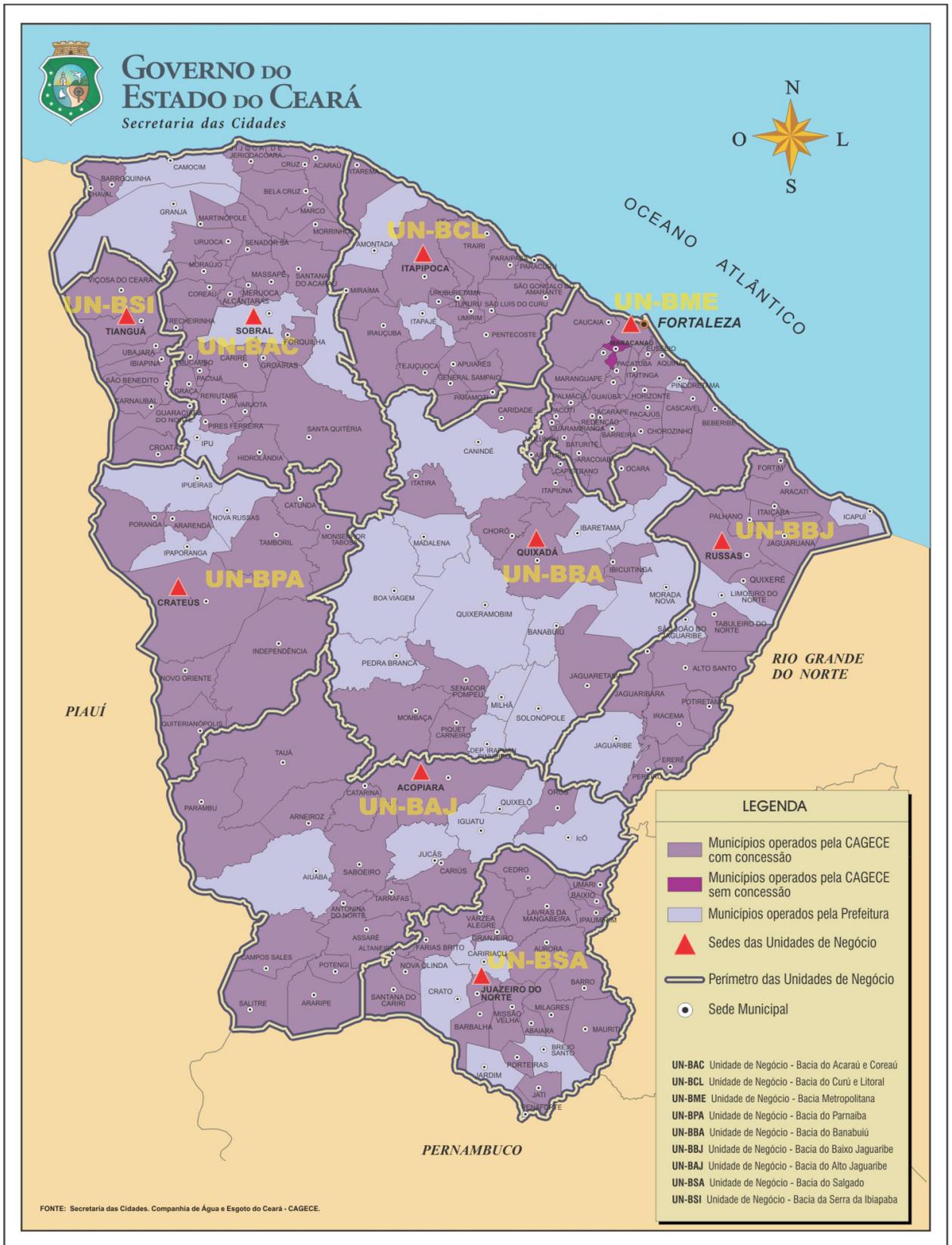
Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

O resultado estratégico Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e de Esgotamento Sanitário é medido por quatro indicadores: % População de Fortaleza beneficiada com Rede de Distribuição de Água; % População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Distribuição de Água; % População de Fortaleza beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário; e % População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário.

Esses indicadores representam o esforço do trabalho realizado pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece. No período analisado (2007-2014), a Cagece passou de 149 para 150 concessões (**Mapa 5**).

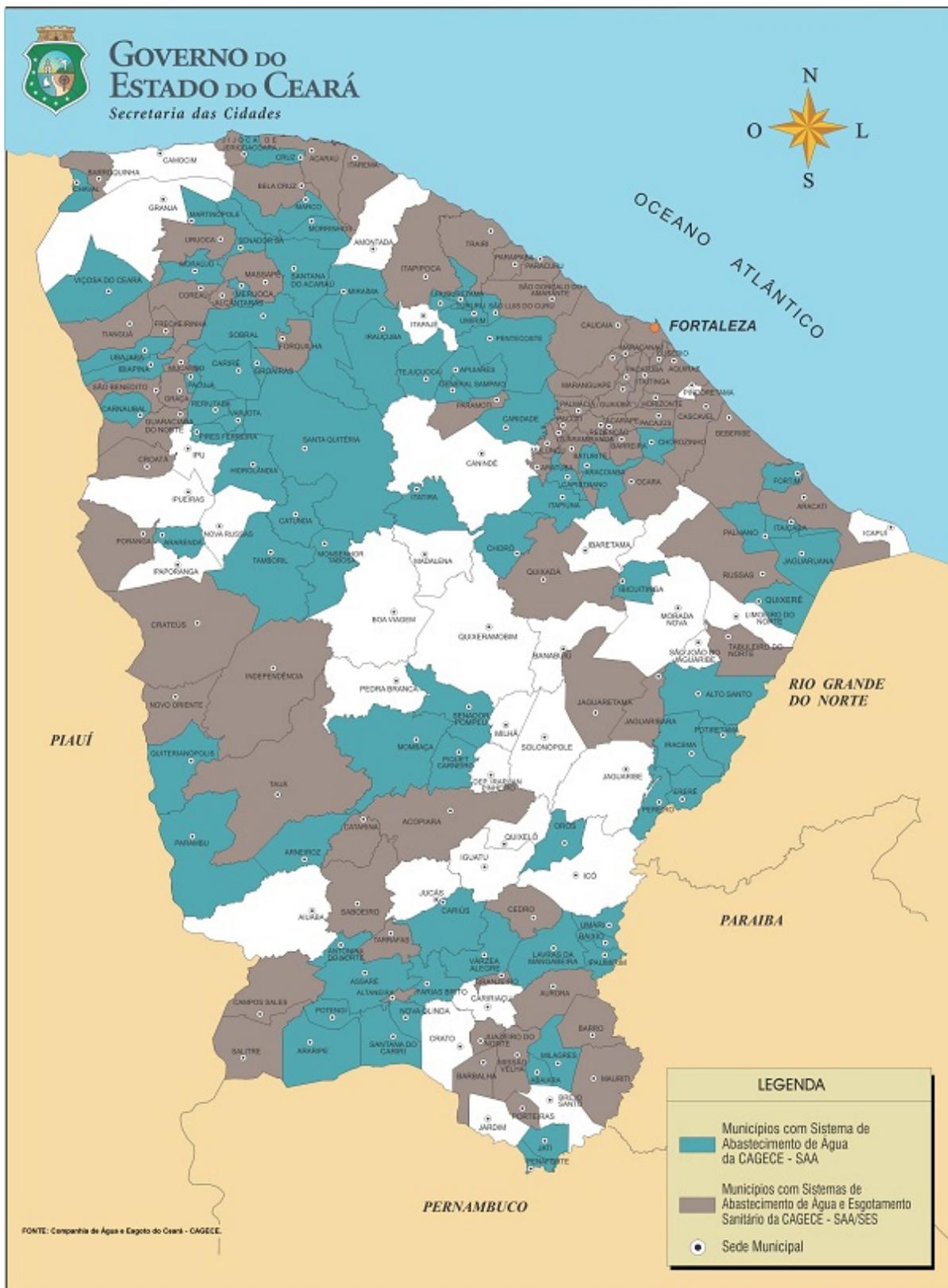
Em 151 municípios a Companhia opera serviços de abastecimento de água e em 73 municípios opera serviços de esgotamento sanitário (**Mapa 6**).

Mapa 5. Concessões Municipais - Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, Ceará, 2014.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

Mapa 6. Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário operados pela Cagece, Ceará, 2014.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

2.1. Análise do Indicador de Resultado: % População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2014)

O indicador % População de Fortaleza beneficiada com Rede de Distribuição de Água - RDA¹ se refere ao percentual da população em Fortaleza residente na área onde há rede de distribuição do Sistema de Abastecimento de Água - SAA operado exclusivamente pela Cagece. Também é conhecido como Índice de Cobertura de Água - ICA.

As ações realizadas no período 2007-2014 incluíram 196.195 consumidores cobertos, residentes em localidades servidas por sistemas de abastecimento de água situados em logradouros providos de redes de distribuição de água, cujas ligações encontram-se nas situações de ativo, inativo ou factível².

É importante ressaltar que o cálculo dos consumidores cobertos considera o crescimento populacional de Fortaleza, estimado pelo IBGE em 1,34% ao ano.

O indicador é efetivo na explicação da cobertura da população de Fortaleza com rede de distribuição de água. Sua evolução demonstra-se satisfatória em função da cobertura ser elevada, mantendo-se próxima à universalização do serviço.

Os principais investimentos do período em análise (2007-2014) são oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, no qual destacam-se as obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Fortaleza nos bairros Barroso, Mata Galinha, Castelão, Dias Macêdo, Aerolândia, Alto da Balança, e São João do Tauape, bem como a Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Fortaleza - Setor Messejana.

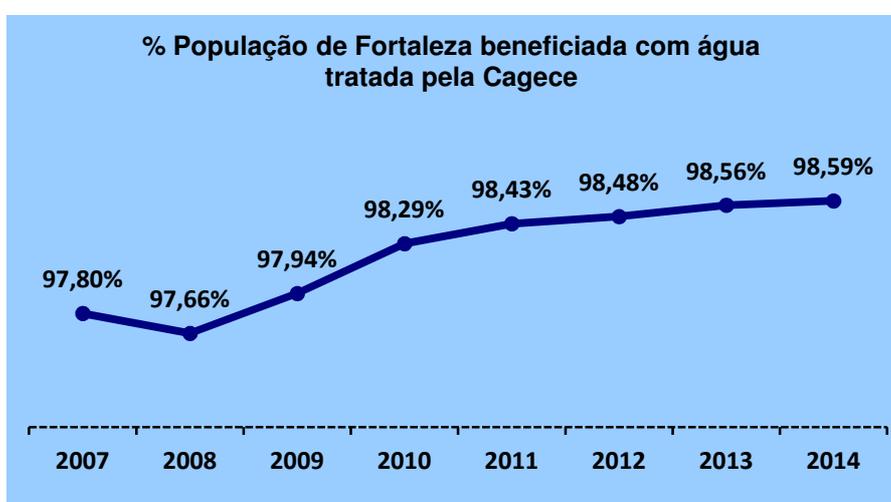
No âmbito do Programa Saneamento para Todos destaca-se a Ampliação do Macrossistema de Fortaleza nos bairros Parque São José, Manoel Sátiro e Vila Peri. E no Programa Saneamento para Todos II, resalta-se a Obra de Construção da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste da RMF – ETA Oeste.

¹ Rede de Distribuição é um conjunto de tubulações e de suas partes acessórias destinada a colocar a água a ser distribuída à disposição dos consumidores, de forma contínua e em pontos tão próximos quanto possível de suas necessidades.

² **Ativo:** ligação predial conectada a RDA utilizando SAA ou SES. **Inativo:** ligação conectada a RDA que por motivo de inadimplência, solicitação ou infração, o consumidor não utiliza o SAA. **Factível:** ligação de uma localidade servida por SAA situada em logradouro provido de RDA com imóvel não interligado à rede.

O município de Fortaleza é provido de água tratada por meio de duas Estações de Tratamento de Água, a Estação de Tratamento de Água do Gavião (ETA Gavião), que também atende aos municípios de Caucaia, Eusébio, Maracanaú, distrito de Pedras (Itaitinga), Pacatuba, distrito de Pavuna (Pacatuba) e Maranguape, e pela Estação de Tratamento de Água Oeste (ETA Oeste), que também atende ao município de Caucaia. Do total de água tratada em 2014 pela ETA do Gavião e pela ETA Oeste, cerca de 81,88% do volume produzido comercialmente, correspondente a 201 milhões de metros cúbicos de água, foi destinado ao município de Fortaleza.

Figura 3. Evolução do Indicador % População Beneficiada com Rede de Distribuição de Água, Fortaleza–Ce, 2007-2014.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

2.2. Análise do Indicador de Resultado: % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2014)

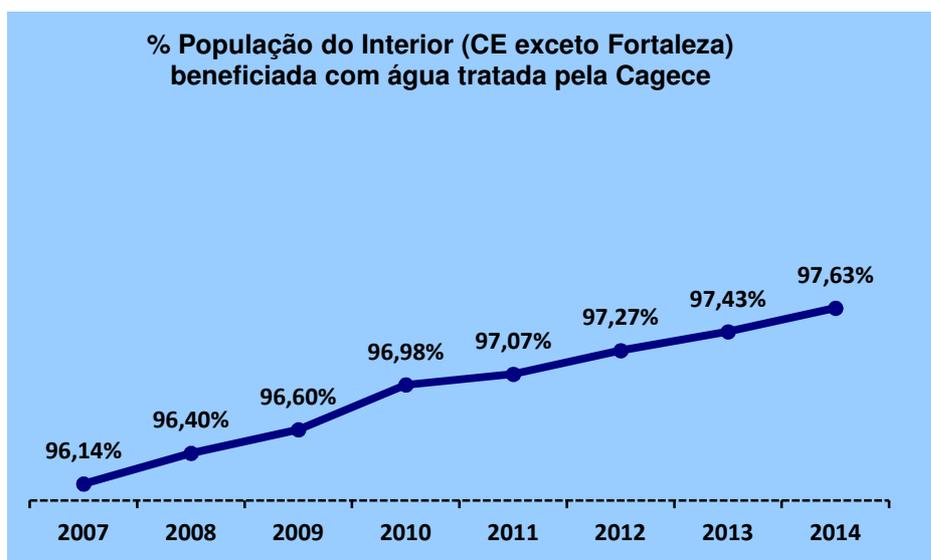
O indicador % População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Distribuição de Água se refere ao percentual da população beneficiada pelo abastecimento de água em relação à população que reside nas áreas urbanas de 150 municípios do interior, nos quais a Cagece opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, especificamente, na extensão dessas áreas urbanas onde há rede de distribuição. Desses 150 municípios estão incluídos Maracanaú, onde a Cagece não possui a concessão do município, mas está operando os sistemas, e Sobral onde a Cagece também não tem a concessão do município, mas opera alguns distritos.

O indicador não é efetivo na explicação da cobertura da população do Interior (CE exceto Fortaleza) com rede de distribuição de água, uma vez que a Companhia não atua em todos os municípios do Interior (**Mapa 7**) e não oferta o serviço em toda a extensão da área urbana dos municípios onde é concessionária dos serviços de abastecimento de água.

No período analisado (2007-2014), observou-se um incremento de 53 localidades, passando de 250 localidades (em 2007) para 303 localidades (em 2014). As ações realizadas incluíram 291.026 consumidores cobertos.

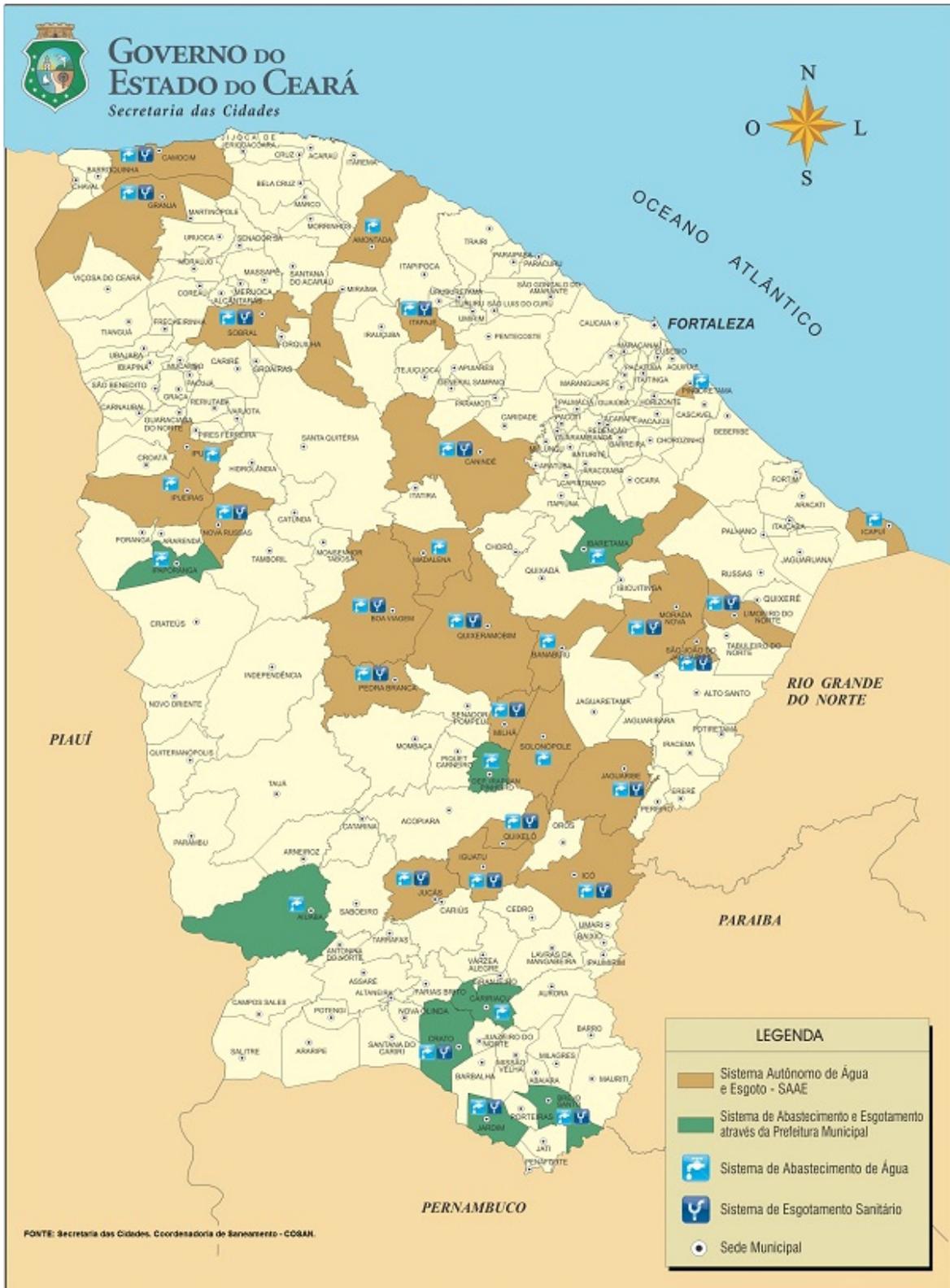
Os principais investimentos do período em análise são oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC FGTS – 50 a 150 mil habitantes, com destaque para o Projeto de Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Tianguá; Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Russas; Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Crateús, Ampliação do Sistema de Abastecimento de Tauá e Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Itapipoca. Foi ainda dado início à Ampliação do Sistema de Abastecimento de Umari e Ampliação da Adutora de Cascavel.

Figura 4. Evolução do Indicador % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água, Ceará, 2007-2014.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece.

Mapa 7. Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário Não Operados pela Cagece, Ceará, 2014



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – Cosan.

2.3. Influência dos Produtos nos Resultados Estratégicos

Os Resultados Estratégicos “% População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Distribuição de Água” e “% População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água” refletem as ações da Cagece no sentido da implantação e ampliação das redes de distribuição de água em áreas urbanas, que torna o serviço disponível para a população. Nesse contexto, analisa-se o produto “ligação domiciliar de água realizada”.

Quanto à efetividade da utilização do serviço pelos consumidores, analisa-se o produto “ligação domiciliar de água efetivada”.

2.3.1. Produto Ligação Domiciliar de Água Realizada (2014)

O **produto ligação domiciliar de água realizada** se refere às ligações disponibilizadas pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, por meio da expansão das redes de distribuição, nas áreas urbanas dos 151 municípios do Estado onde a Companhia operou esse serviço público em 2014, especificamente na extensão dessas áreas urbanas onde há rede de distribuição. O desempenho desse produto é medido pelo **indicador número de ligações domiciliares de água realizadas**.

No ano de 2014 as ações desenvolvidas pela Cagece incrementaram 68.598 ligações domiciliares de água no Estado – 26.566 para Fortaleza e 42.032 para o Interior (CE exceto Fortaleza), realizando 590,6% da meta programada de 11.615 ligações (todas para o interior). Foram beneficiados aproximadamente 102.272 habitantes no Estado.

Destacou-se, em 2014, o incremento das ligações realizadas nos municípios de Fortaleza (26.566 ligações), Caucaia (1.786 ligações), Juazeiro do Norte (3.667 ligações) e Santa Quitéria (2.008 ligações).

Os principais fatores que influenciaram no desempenho do produto foram a execução de obras realizadas no âmbito do PAC, a realização de programas em parceria com prefeituras municipais, as ligações realizadas rotineiramente pelas unidades de negócio e ao processo contínuo de atualização cadastral dos sistemas da Companhia.

As ligações realizadas rotineiramente pelas unidades de negócio com recursos próprios representam um valor expressivo no número total de ligações realizadas que

não é contabilizado no processo de definição das metas tendo em vista que estas metas se baseiam nos programas de investimento.

2.3.2. Produto Ligação Domiciliar de Água Efetivada (2014)

O **produto ligação domiciliar de água efetivada** se refere às ligações ativas e com faturamento regular entre os domicílios e a rede de distribuição de água da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, em áreas urbanas dos 151 municípios do Estado nos quais a empresa operou esse serviço público, em 2014, especificamente, na extensão dessas áreas urbanas onde há presença da rede de distribuição. O desempenho desse produto é medido pelo **indicador número de ligações domiciliares de água efetivadas**.

No ano de 2014 foram efetivadas 53.782 ligações de água – 20.130 para Fortaleza e 33.652 para o Interior (CE exceto Fortaleza), realizando 82,4% da meta programada de 65.296. Foram beneficiados aproximadamente 70.640 habitantes no Estado.

Destacou-se, em 2014, o incremento das ligações efetivadas nos municípios de Fortaleza (20.130), Juazeiro do Norte (2.282) e Caucaia (1.894 ligações).

Um fator que influenciou de forma positiva no desempenho do produto foi a forte demanda proveniente dos imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, porém o colapso dos sistemas ocasionados pela longa estiagem contribuiu negativamente para um desempenho inferior ao esperado.

2.4. Análise do Indicador de Resultado: % População de Fortaleza Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2014)

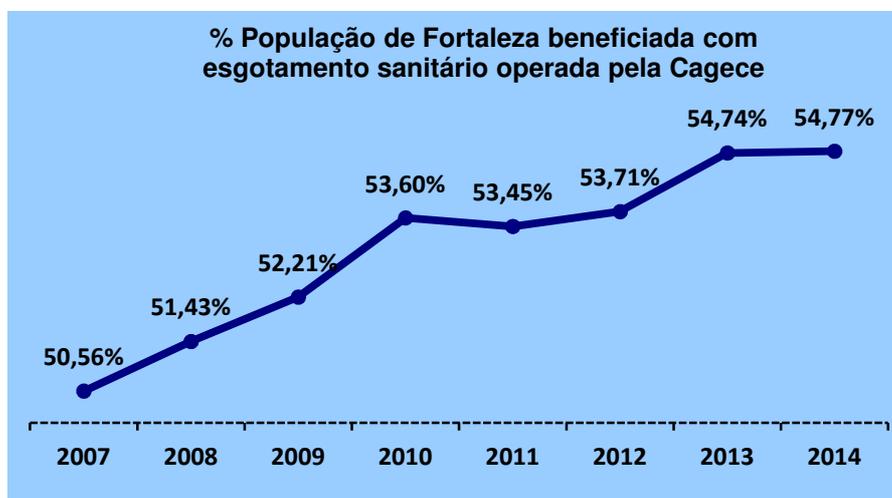
O indicador % População de Fortaleza Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário se refere ao percentual da população em Fortaleza residente na área onde há Rede Coletora de Esgoto – RCE³ do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES operado exclusivamente pela Cagece. Também é conhecido como Índice de Cobertura de Esgoto - ICE.

As ações realizadas nesse período incluíram 129.957 consumidores cobertos, residentes em localidades urbanas servidas por Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES situado em logradouro provido de Rede Coletora de Esgoto - RCE, cuja ligação encontra-se nas situações de ativo, inativo ou factível.

Os principais investimentos do período em análise são oriundos do Programa SANEAR II, com destaque para as obras de Implantação do Macro Sistema do SES em Fortaleza (Cocó/Interceptor); do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com destaque para as obras, em Fortaleza, referentes à Ampliação do SES da BACIA Cocó Margem Esquerda (CE-4), a Ampliação do SES da Bacia Cocó Margem Direita (CD-3), Ampliação do SES da Bacia Cocó Margem Esquerda (CE-6), Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Direita (SD-8) e a Ampliação do SES da Bacia Cocó Margem Esquerda (CE-5); e do Programa PAC Orçamento Geral da União - OGU/SANEAR II, com destaque para as obras referentes à Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Esquerda (SE-2), a Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Direita (SD-6) e a Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Direita (SD-7), também em Fortaleza. Através de Convênio com o Governo Estadual, foi concluída a obra de Recuperação do Interceptor Oeste de Fortaleza.

³ Rede Coletora: conjunto de condutos e órgãos acessórios destinados à coleta e remoção dos despejos gerados nas edificações, através dos coletores ou ramais prediais

Figura 5. Evolução do Indicador % População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Coletora de Esgoto Sanitário operada pela Cagece, Ceará, 2007-2014.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

2.5. Análise do Indicador de Resultado: % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2014)

O indicador % População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário se refere ao percentual da população beneficiada com esgotamento sanitário em relação à população que reside nas áreas urbanas de 150 municípios do interior, nos quais a Cagece opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Ressalte-se que desses 150 municípios do interior somente 72 possuem rede coletora de esgoto sanitário.

O indicador não é efetivo na explicação da cobertura da população do Interior (CE exceto Fortaleza) com rede coletora de esgoto sanitário, uma vez que a Companhia não atua em todos os municípios do Interior (CE exceto Fortaleza) (**Mapa 7**), não possui rede coletora de esgoto sanitário em todos os municípios onde detém concessão, e não atua em toda a extensão da área urbana onde é concessionária dos serviços de esgotamento sanitário.

No período 2007-2014 observou-se um incremento de 22 localidades, passando de 63 localidades em 2007 para 85 localidades em 2014. As ações realizadas no período possibilitaram a inclusão de 121.875 consumidores cobertos.

Os principais investimentos do período em análise são oriundos do Programa PAC OGU/SANEAR II, com destaque para a obra de Implantação do SES em Maranguape; do Programa PAC MC/SANEAR II, com as obras de Implantação do SES em Quixadá, da Implantação do SES em Crateús e da Implantação do SES em Aracati; do Programa SANEAR II, com destaque para a obra de Ampliação do SES de Maranguape; e do Programa PAC 50 a 150 mil habitantes – Ministério das Cidades, com a obra de Ampliação do SES de Tianguá, na localidade de Palmeira Comprida.

Além dos programas acima descritos, são destacadas ações no sentido da ampliação da cobertura com esgotamento sanitário do Interior, a exemplo das obras do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2, com destaque para a Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede de Horizonte – 2ª etapa; Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Itaitinga; Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Viçosa do Ceará; Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Tauá – 2ª e 3ª Etapas; e do Programa KFW II, com a Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Comunidades Rurais.

Considerando que a decisão de ligar o domicílio a rede de esgotamento sanitário é de cada cidadão, uma parte significativa da população ainda opta por soluções individuais, tais como o uso de fossas sépticas ou outras formas de despejo dos dejetos, ou por desconhecimento das vantagens individuais e coletivas de adesão ao serviço ou por não possuir renda para pagamento das tarifas cobradas.

Figura 6. Evolução do Indicador % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário operada pela Cagece, Ceará, 2007-2014.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

2.6. Influência dos Produtos nos Resultados Estratégicos

Os Resultados Estratégicos % População de Fortaleza beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário e % População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário refletem as ações da Companhia no sentido da implantação e expansão das redes coletoras de esgoto em áreas urbanas, que torna o serviço disponível para a população. Nesse contexto, analisa-se o produto ligação domiciliar de esgoto realizada.

Quanto a efetividade da utilização do serviço pelos consumidores é medida pelo Produto ligação domiciliar de esgoto efetivada, analisado também, adiante.

2.6.1. Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada (2014)

O **produto ligação domiciliar de esgoto realizada** se refere às ligações disponibilizadas pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece por meio da implantação e expansão das redes coletoras de esgoto sanitário, em áreas urbanas dos 151 municípios onde a empresa operou esse serviço público, em 2014, e, especificamente, na extensão dessas áreas urbanas onde há presença de rede coletora.

O desempenho desse produto é medido pelo **indicador número de ligações domiciliares de esgoto realizadas**.

No exercício de 2014 as ações desenvolvidas pela Cagece possibilitaram um incremento de 28.378 ligações domiciliares de esgoto – 16.406 em Fortaleza e 15.490 ligações no Interior (CE exceto Fortaleza), executando 91,3% da meta de 31.074 ligações programadas para o ano – 15.939 em Fortaleza e 15.135 ligações no Interior. Foram beneficiados aproximadamente 47.675 habitantes no Estado do Ceará.

Os principais fatores que influenciaram no desempenho do produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada em 2014 foram a execução de obras no âmbito do PAC e do SANEAR II, a realização do Programa Parceria com prefeituras municipais e ao processo contínuo de atualização cadastral dos sistemas da Companhia.

Destacou-se, em 2014, o incremento das ligações realizadas nos municípios de Fortaleza (16.406 ligações), Quixadá (3.884 ligações) e Caucaia (1.283 ligações).

2.6.2. Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Efetivada (2014)

O **produto ligação domiciliar de esgoto efetivada** se refere às ligações ativas e com faturamento regular, entre os domicílios e a rede coletora da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece nas áreas urbanas dos 151 municípios onde a empresa operou esse serviço público, em 2014, e, especificamente, na extensão dessas áreas urbanas onde há rede coletora. O desempenho desse produto é medido pelo **indicador número de ligações domiciliares de esgoto efetivadas**.

Em 2014 foram efetivadas 22.512 ligações de esgoto – 13.655 para Fortaleza e 8.857 para o Interior (CE exceto Fortaleza), realizando 93% da meta de 24.212 ligações programadas para o ano. Foram beneficiados aproximadamente 37.820 habitantes.

Destaca-se o incremento das ligações efetivadas nos municípios de Fortaleza (13.655 ligações), Caucaia (1.285 ligações) e Itapipoca (1.220 ligações). O principal fator que influenciou no desempenho do produto Ligação Domiciliar de Esgoto Efetivada foram as obras entregues do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

2.7. Cobertura de Água da População Total (Urbana + Rural) do Estado do Ceará e Cobertura de Esgoto da População Total (Urbana + Rural) do Estado do Ceará

Em 2013, a Secretaria das Cidades registra, com base nas informações fornecidas pela Cagece, Prefeituras Municipais e Serviços Autônomos de Água e Esgoto – SAAEs, um índice de cobertura de água de 76,31% da população total (urbana + rural), que beneficiou 6.699.625 habitantes naquele exercício, e um índice de cobertura de esgoto de 27,43% da população total (urbana + rural) do Estado do Ceará, que beneficiou 2.408.527 habitantes.

Os índices de cobertura de água e esgoto (urbana + rural) da população total do Estado referentes ao exercício de 2014 encontram-se em elaboração pela Coordenadoria de Saneamento – Cosan, da Secretaria das Cidades.

3. RESULTADO 3 – MELHORIA DA ESTRUTURA URBANA DE CIDADES E REGIÕES

Tabela 9. Indicadores do Resultado Estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões, Ceará, 2007-2014.

Indicador	Exercício							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana	0	70	68	113	96	74	71	62
População urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos	95,0%	96,2%	94,4%	94,4%	96,3%	91,4%	92,7%	88,8%
População urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos	5,9%	6,1%	6,4%	6,4%	6,9%	6,1%	6,1%	6,3%

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – Codut, Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará / Cariri Central – UGP I e Coordenadoria de Saneamento - Cosan.

O resultado estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões é medido por meio de três indicadores: Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana; População Urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos e População Urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos.

O primeiro indicador refere-se às ações do Programa Desenvolvimento Urbano (PPA 2012-2015) que tratam da execução de obras urbanas de iniciativa das Prefeituras e do Governo do Estado, bem como a ações do Programa Desenvolvimento Regional (PPA 2012-2015) no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional - Cidades do Ceará – Cariri Central, voltadas para a melhoria da infraestrutura urbana dos municípios daquela região.

Os dois outros indicadores referem-se à ação de expansão e modernização da infraestrutura para destinação final adequada de resíduos sólidos, executada por meio do Programa Saneamento Ambiental (PPA 2012-2015) e do Programa Desenvolvimento Regional, esse último em ação do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central.

3.1. Estruturação Urbana

3.1.1. Análise do Indicador de Resultado: Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana (2007-2014)

O indicador “Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana” se refere ao número de municípios do Estado do Ceará beneficiados, no ano, com a conclusão de obras urbanas por meio da requalificação / recuperação dos espaços urbanos, bem como a execução de obras de infraestrutura urbana para aumentar a capacidade das cidades de atrair investimentos.

O indicador não é efetivo na explicação do resultado Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões. É importante entender que o conceito de estruturas urbanas é bem mais amplo e extrapola a competência da Secretaria das Cidades. Estruturas urbanas incluem conjunto de edificações, a malha viária, as redes e equipamentos de infraestrutura e os serviços urbanos e sociais de uma cidade.

A estrutura urbana está sempre em contínua alteração, pela necessidade de adaptação às constantes mudanças. Também está sujeita ao processo de obsolescência por força do desgaste das estruturas físicas que a compõem, pela depredação dos espaços públicos em decorrência de atos de vandalismo, bem como pela renovação com a produção e substituição de elementos no espaço urbano.

Nesse contexto, o planejamento urbano que foca na organização e no desenho de assentamentos humanos é essencial para a melhoria da estrutura urbana das cidades. E, nesse sentido, os Planos Diretores são instrumentos adequados para indicar os rumos do desenvolvimento urbano nos municípios.

Como oportunidade de otimizar a aplicação dos recursos do Estado no sentido da melhoria desse resultado estratégico setorial, o Governo pode liderar junto a municípios, entidades e outras partes interessadas a concepção de um sistema de informações que reúna uma base de dados por meio da qual seja possível aperfeiçoar a formulação de políticas públicas para as cidades.

O desempenho do indicador Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana está diretamente relacionado ao desempenho dos Municípios. As Prefeituras

apresentam ao Estado, ao longo do exercício, suas demandas por obras de estruturação e requalificação urbana.

Essas demandas são executadas com recursos decorrentes de emendas parlamentares ao orçamento do Programa Desenvolvimento Urbano, oriundas do Programa de Cooperação Federativa – PCF, formalizadas mediante termos de ajuste, ou encaminhadas diretamente a Secretaria das Cidades, formalizadas mediante convênios.

As Prefeituras também alocam recursos nos seus orçamentos tendo em vista possibilitar a contrapartida dos projetos para a execução das obras necessárias a melhoria das suas estruturas urbanas.

A atuação dos Municípios é fundamental para o desempenho do indicador, uma vez que seu papel inclui a apresentação das demandas, juntamente com os projetos executivos e a documentação necessária a celebração dos instrumentos; a realização dos processos licitatórios; a fiscalização das obras; a boa e regular aplicação dos recursos próprios e dos recursos repassados pelo Estado, em conformidade com o cronograma de execução física do objeto e o cronograma de desembolso, pactuados no plano de trabalho; e a tempestiva apresentação das solicitações de prorrogação de vigência, quando necessário.

Outro importante fator durante a vigência dos instrumentos celebrados (convênios ou termos de ajuste) que contribui para uma boa execução dos projetos é a comprovação da situação de regularidade cadastral do Município, que possibilita o repasse dos recursos em conformidade com o cronograma de desembolso, bem como a apresentação tempestiva das prestações de contas para comprovação de regularidade da aplicação dos recursos.

No período 2007-2014, os 1.642 instrumentos (convênios, termos de ajuste e contratos) celebrados no âmbito do Programa Desenvolvimento Urbano (PPA 2012-2015); do Programa Estruturação e Requalificação Urbana (PPA 2008-2012); e do Programa Desenvolvimento Regional por meio do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional Cidades do Ceará - Cariri Central possibilitaram a execução de um total de 1.269 obras urbanas, em 172 municípios.

Tabela 10. Quantidade de Obras Urbanas e Municípios Beneficiados (exceto Fortaleza), Secretaria das Cidades, 2007-2014.

Discriminação	Exercício								Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Obras Urbanas Entregues	0	134	149	353	196	147	170	120	1.269
Municípios Beneficiados	0	70	68	113	96	74	71	62	172
Instrumentos celebrados*	70	169	250	443	44	275	36	355	1.642

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano – Codut e Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará (Cariri Central) – UGP I.

*Convênios, Termos de Ajuste e Contratos.

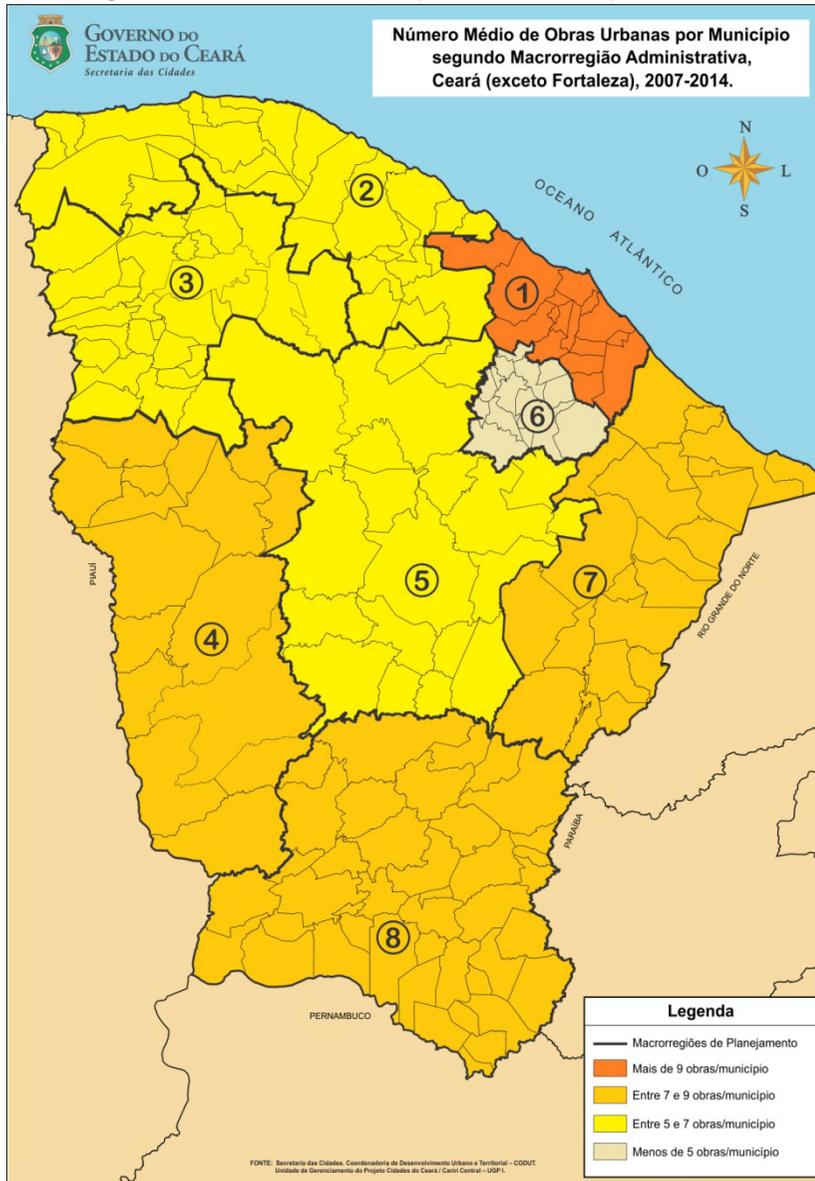
Pelo Mapa 8, apresentado a seguir, observa-se a distribuição geográfica das obras urbanas realizadas desde 2007 a 2014. Ressalte-se que em 2007 não houve entrega de obras.

Observando a distribuição geográfica dos municípios beneficiados, houve uma concentração nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, com uma média superior a 9 obras por município, durante o período. A região que apresentou menor concentração de obras urbanas foi a Região 6 – Maciço de Baturité, com uma média inferior a 5 obras por município.

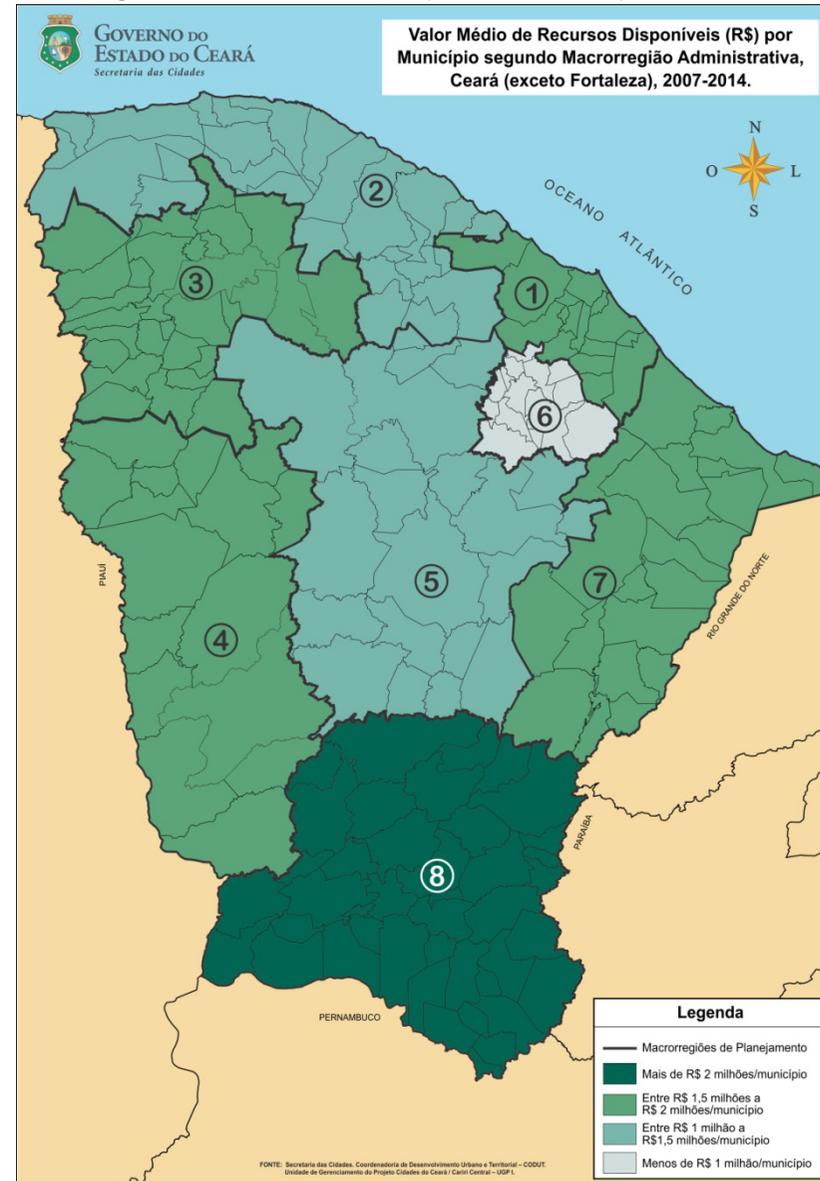
No Mapa 9, encontra-se a distribuição geográfica dos recursos financeiros disponibilizados para execução das obras urbanas supracitada.

Percebe-se que, o volume médio de Recursos Financeiros Disponíveis concentra-se na Região 8 – Cariri/Centro-Sul, com um recurso de mais de R\$ 2 milhões por município durante o período de 2007-2014. A região que recebeu o menor volume de recursos financeiros foi novamente a região de Baturité, com uma média menor a R\$ 1 milhão por município.

Mapa 8. Número Médio de Obras Urbanas por Município segundo Macrorregião Administrativa, Ceará (exceto Fortaleza), 2007-2014.



Mapa 9. Valor Médio de Recursos Disponíveis (R\$) por Município segundo Macrorregião Administrativa, Ceará (exceto Fortaleza), 2007-2014.



3.1.2. Influência dos Produtos no Resultado Estratégico

3.1.2.1. Produto Obra Urbana Implantada

O produto obra urbana implantada influencia diretamente o Resultado Estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões.

Em 2014 foram entregues 120 obras urbanas em 62 municípios do Estado (**Mapa 10**), das quais 113 por meio do Programa Desenvolvimento Urbano e outras 07 por meio do Programa Desenvolvimento Regional no âmbito do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central.

Foram executadas obras de pavimentação (79), com um total de 574.765,20 m²; praças públicas/parques urbanos (16), dos quais 08 construídos e 08 reformados; prédios públicos (08), dos quais 02 construídos e 06 reformados; obras de urbanização (15) e drenagem (2). Não houve nenhuma obra de urbanização de margem de recursos hídricos.

Tabela 11. Obras Urbanas no Interior (CE exceto Fortaleza), Ceará, 2014.

Tipo		Quantidade	Municípios	Total (m ²)
Pavimentação	Asfalto	08	06	199.853,28
	Paralelo	14	11	84.096,59
	Pedra Tosca	57	39	290.815,33
	Piçarra	00	00	00,00
	Total	79	54	574.765,20
Praças Públicas/ Parques Urbanos	Reforma	08	05	14.234,23
	Construção	08	06	24.656,79
	Total	16	08	38.891,02
Prédio Público	Reforma	06	06	12.253,21
	Construção	02	02	1.329,49
	Total	08	08	13.582,70
Margem de Recursos Hídricos Urbanizada		00	00	00,00
Obras urbanas		15	12	32.352,80
Drenagem		02	02	*
Total		120	62	659.591,72

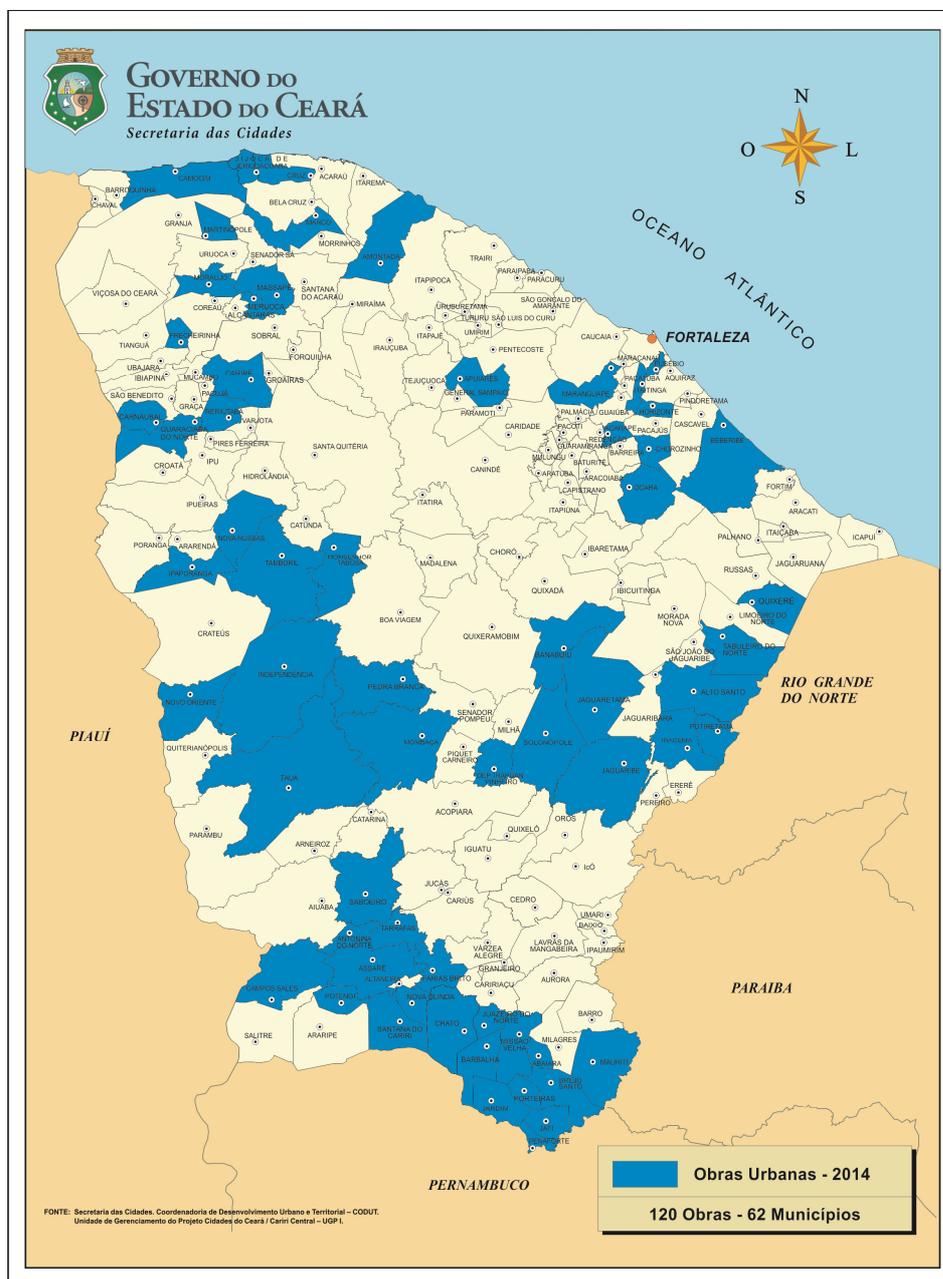
Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – Codut e Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central.

* metro linear.

Das obras urbanas concluídas em 2014, 28 foram provenientes da celebração de convênios, 84 de termos de ajuste oriundos de demandas do Programa de

Cooperação Federativa – PCF e 07 de contratos celebrados no âmbito do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central.

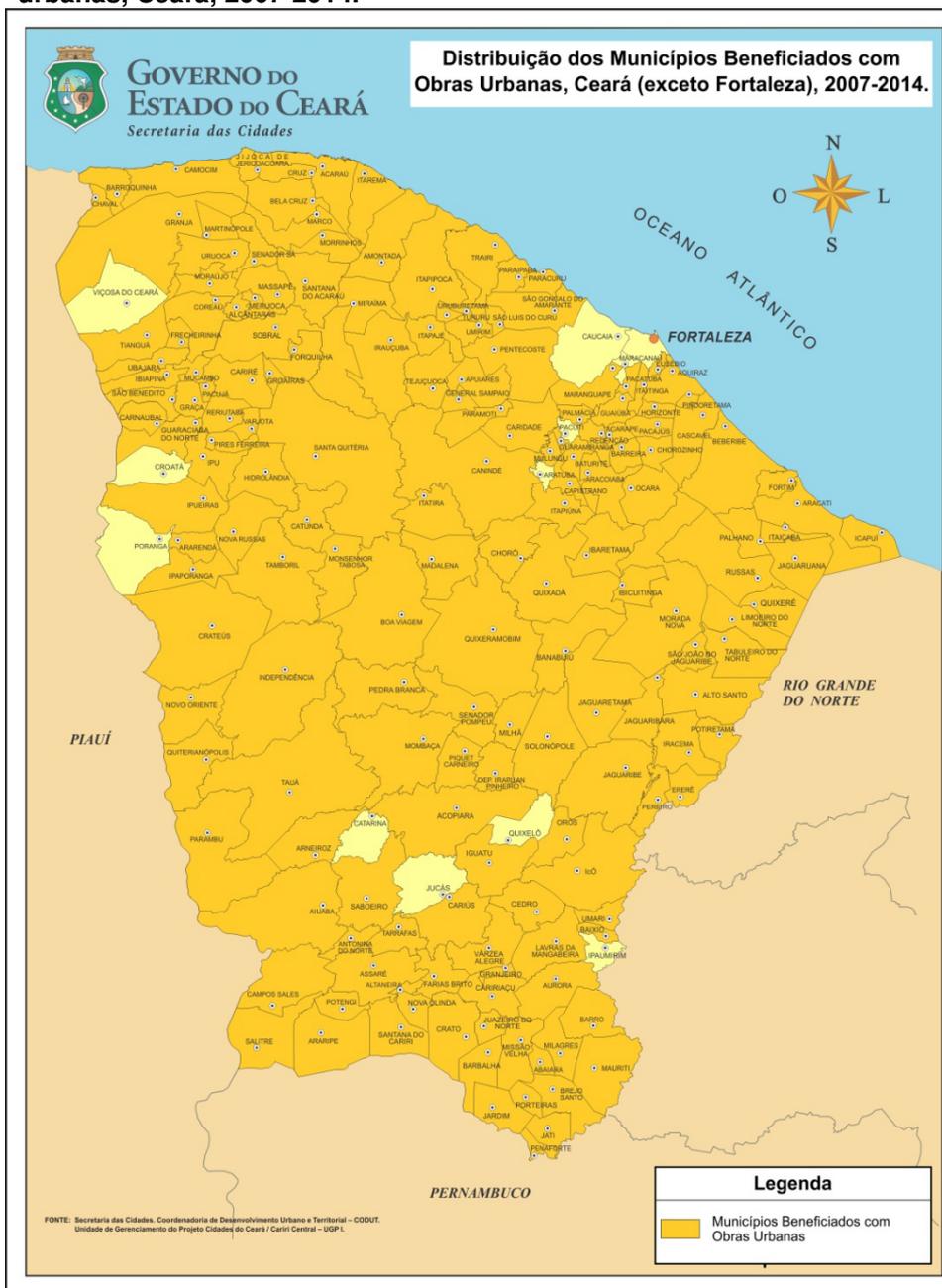
Mapa 10. Distribuição das Obras Urbanas, Ceará (exceto Fortaleza), 2014.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – Codut e Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central.

No Mapa 11, a seguir, apresenta-se a relação dos municípios beneficiados com obras urbanas no período de 2007-2014. Nesse período, dos 183 municípios do Ceará (excluindo Fortaleza), 172 já receberam obras urbanas.

Mapa 11. Distribuição dos municípios beneficiados com obras urbanas, Ceará, 2007-2014.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – Codut e Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central.

3.2. Destinação Final Adequada dos Resíduos Sólidos

No exercício de 2006 foram concluídos os estudos técnicos e econômicos para a destinação final de resíduos sólidos no Estado do Ceará, que apontaram a necessidade de implantação de 27 aterros sanitários regionais e a melhoria em 3 aterros sanitários existentes, totalizando 30 aterros sanitários regionais para a solução da destinação desses resíduos sólidos.

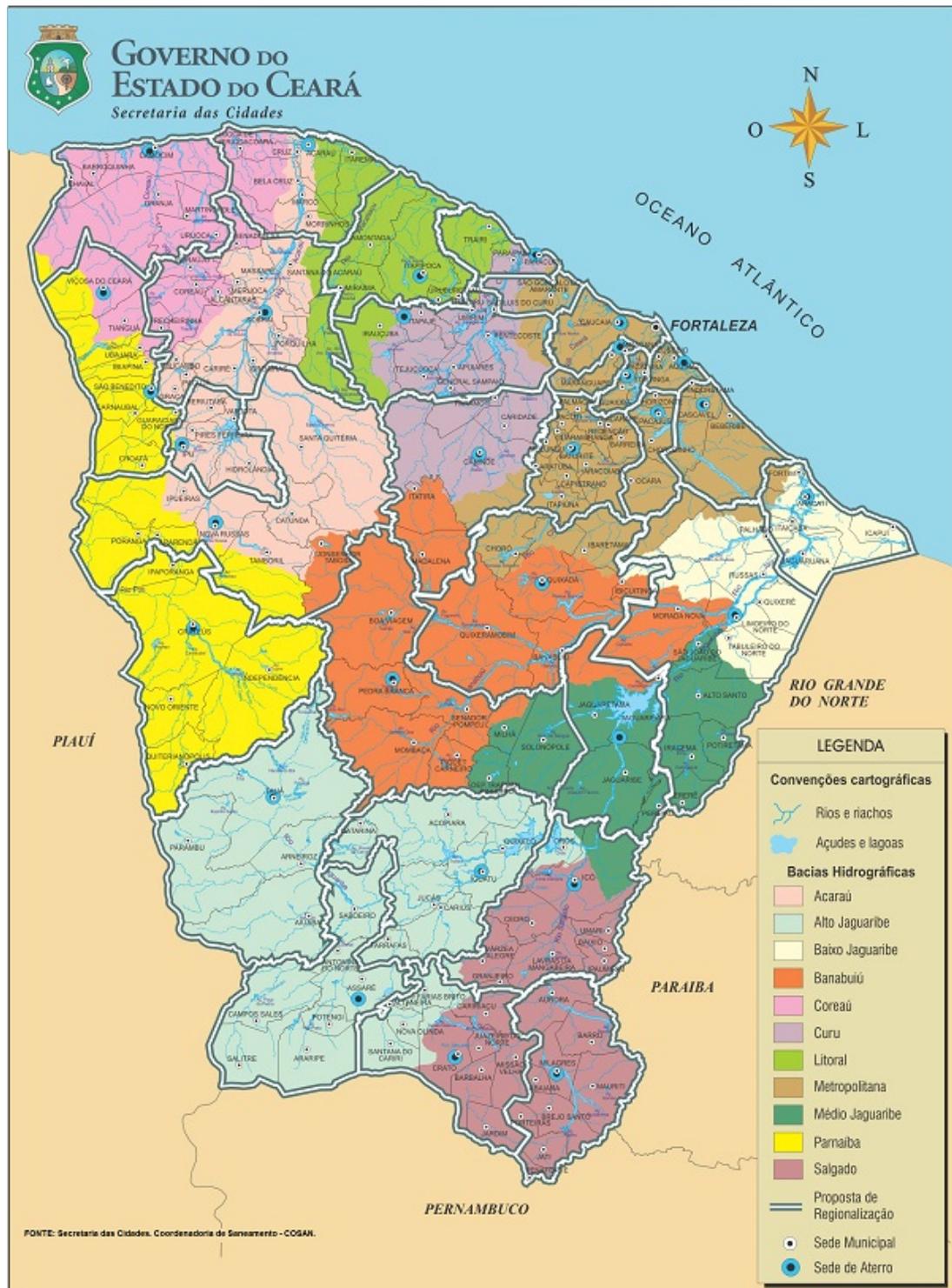
Quadro 1. Municípios Previstos para Implantação e Melhoria dos Aterros Sanitários, Segundo Estudos Técnicos e Econômicos - Secretaria da Infraestrutura

Municípios Previstos para implantação de Aterros Sanitários no Estado do Ceará	
Acaraú	Itapipoca
Aquiraz *	Jaguaribara
Aracati	Limoeiro do Norte
Assaré	Maracanaú *
Baturité	Milagres
Camocim	Nova Russas
Canindé	Pacajus
Cascavel	Pacatuba
Caucaia *	Paracuru
Crateús	Pedra Branca
Crato (substituído por Caririaçu)	Quixadá
Icó	São Benedito (substituído por Guaraciaba do Norte)
Iguatu	Sobral
Ipu	Tauá
Itapajé	Viçosa do Ceará

* Melhoria de Aterro Sanitário.

O modelo escolhido para a implantação da política estadual de destinação adequada de resíduos sólidos foi o de Consórcios Públicos, disciplinado pela Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu Decreto Regulamentar nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que preserva a autonomia dos entes federados.

Mapa 12. Localização Prevista dos Aterros Sanitários, Segundo Estudos Técnicos e Econômicos, Ceará, 2006.



Para a realização dos serviços de formação dos consórcios, no período 2008-2011 a Secretaria das Cidades contratou uma consultoria que objetivou a formação de 23 (vinte e três) consórcios públicos. Contudo não foi possível a formação do consórcio de Iguatu, devido a pendências judiciais envolvendo o município sede do aterro. Assim encontram-se

constituídos por indução pelo Governo do Estado do Ceará 22 (vinte e dois) consórcios públicos objetivando a gestão de aterros sanitários regionais. Esse esforço possibilitou a adesão e a inclusão de 144 municípios (**Tabela 12**).

Ressalte-se que por iniciativa das Prefeituras Municipais de Paracuru, Baturité, Pedra Branca e Viçosa do Ceará foram formados 4 (quatro) Consórcios Públicos, que incluem 25 (vinte e cinco) municípios, conforme destacado no **Mapa 13**.

Os municípios de Cariús, Catarina, Iguatu, Jucás, Quixelô e Tarrafas não efetivaram a formação do consórcio público.

Os municípios de Caucaia e Fortaleza destinam seus resíduos sólidos para o **Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia – ASMOC**; Maranguape e Maracanaú destinam seus resíduos sólidos para o **Aterro Metropolitano Sul**; e Aquiraz e Eusébio destinam seus resíduos sólidos para o **Aterro Sanitário Leste**. Esses operam em regime de Termo de Cessão de Uso, uma vez que estes aterros foram construídos pelo Estado do Ceará.

Os municípios de São Gonçalo do Amarante, Palmácia e Parambu não aderiram à formação dos consórcios públicos por decisão das respectivas gestões municipais (**Mapa 13**).

Aos Consórcios Municipais cabe a operação dos aterros sanitários regionais e a responsabilidade pelo transporte dos resíduos dos municípios ao aterro sanitário.

Tabela 12. Consórcios Públicos Formados por Iniciativa do Governo Estado do Ceará no período 2008-2011.

Ordem	Municípios		Quantidade de Municípios
	Sede do Aterro	Demais Participantes	
1	Acaraú	Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco e Morrinhos	7
2	Aracati	Fortim, Icapuí, Itaíçaba, Jaguaruana	5
3	Assaré	Antonina do Norte, Araripe, Campos Sales, Potengi, Saboeiro e Salitre	7
4	Camocim	Barroquinha, Chaval, Granja, Martinópolis e Uruoca	6
5	Canindé	Caridade, Madalena, Paramoti e Itatira	5
6	Cascavel	Beberibe e Pindoretama	3
7	Crateús	Independência, Ipaporanga e Novo Oriente	4
8	Caririáçu	Altaneira, Barbalha, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Santana do Cariri e Missão Velha	10
9	Icó	Baixio, Cedro, Granjeiro, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Orós, Umari, Várzea Alegre	9
10	Itapajé	Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Pentecoste, São Luis do Curu, Tejuçuoca, Umirim e Tururu	9
11	Itapipoca	Amontada, Miraíma e Uruburetama	4
12	Jaguaribara	Jaguaretama, Jaguaribe e Pereiro	4
13	Limoeiro do Norte	Alto Santo, Ererê, Iracema, Morada Nova, Palhano, Quixeré, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Russas e Potiretama	11
14	Milagres	Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Penaforte e Porteiras	9
15	Nova Russas	Ararendá, Catunda, Poranga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Santa Quitéria e Tamboril	8
16	Pacajus	Chorozinho, Horizonte e Ocara	4
17	Pacatuba	Guaiuba e Itaitinga	3
18	Ipu	Hidrolândia, Pires Ferreira, Reriutaba e Varjota	5
19	Quixadá	Banabuiu, Choró, Ibaretama, Ibicuitinga e Quixeramobim	6
20	São Benedito	Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina e Ubajara	6
21	Sobral	Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Groaíras, Massapê, Graça, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Santana do Acaraú e Senador Sá	15
22	Tauá	Aiuaba, Arneiroz e Quiterianópolis	4
Total			144

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – Cosan.

Mapa 13. Situação dos Municípios quanto à formação dos Consórcios Públicos, Ceará, 2012.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – Cosan.

Desde 2008, a Secretaria das Cidades vem articulando junto ao Governo Federal a captação dos recursos necessários à elaboração dos projetos executivos que objetivam a construção de 13 (treze) aterros sanitários e suas unidades correlatas. Até o final de 2014, 5 (cinco) projetos executivos foram concluídos, 5 (cinco) encontram-se em fase de elaboração e 3 (três) já foram contratados e aguardam autorização para início dos serviços.

Em agosto de 2010 foi instituída a Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS, por meio da lei federal Nº12.305. Essa lei reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Essa mesma lei determina que até agosto de 2014 todas os municípios devem promover o fechamento dos lixões e a construção de aterros sanitários ambientalmente sustentáveis. Segundo informações do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – Conpam, registradas em 2012, há cerca de 280 lixões espalhados pelos 184 municípios do Ceará.

Não obstante a determinação legal da PNRS, para a construção de um aterro sanitário é necessário um longo processo que inclui a realização de vários estudos minuciosos de natureza locacional, ambiental, geotécnica, topográfica e de viabilidade socioeconômica. Também requer um diagnóstico do sistema atual de resíduos sólidos, a elaboração de projeto executivo, planos de operação e manutenção do aterro sanitário e suas unidades correlatas; o monitoramento dos efluentes líquidos e gasosos e águas subterrâneas e a elaboração de um plano de fechamento do aterro sanitário.

Somente após a realização e aprovação de todos esses estudos é possível elaborar termo de referência para licitação, contratação e início das obras de construção do aterro sanitário e suas unidades correlatas.

Com o funcionamento de aterros sanitários e o encerramento dos lixões haverá inevitavelmente a desocupação de mão-de-obra de catadores que sobrevivem da atividade de catação de recicláveis. Diante do exposto, torna-se indispensável levar em conta este universo de catadores no modelo de gestão de resíduos urbanos.

Neste sentido a Secretaria das Cidades no final de 2012 elaborou o Projeto de Inclusão Produtiva de Catadores em Redes Solidárias no Estado do Ceará, que tem por objetivo promover a inclusão social e produtiva de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, apoiando a estruturação de organizações associativas auto-sustentáveis e a formação de pessoas envolvidas nesse processo, propiciando a geração de trabalho e renda.

Esse projeto foi concebido em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê a inclusão das cooperativas de catadores ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis em todas as fases da coleta seletiva dos resíduos.

O projeto será executado a partir de 2015 com duração prevista de 36 (trinta e seis) meses, e prevê sua implementação em 12 (doze) territórios onde houve formação de consórcios públicos, que incluem 93 (noventa e três) municípios. Estima-se alcançar um número aproximado de 2.500 (dois mil e quinhentos) catadores, organizados em 12 (doze) cooperativas com uma central de comercialização e negociação.

Esse Programa tem por objetivo específico identificar, sensibilizar e mobilizar catadores para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos; apoiar a criação da incubação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis; organizar os catadores como cooperados no entorno de empreendimentos econômicos solidários; disponibilizar infraestrutura e logística necessárias às cooperativas para a coleta, triagem, prensagem e comercialização de recicláveis; e fomentar a organização de redes de produção e distribuição de recicláveis.

3.2.1. Análise do Indicador de Resultado: População Urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2014)

O indicador se refere à população residente nas áreas urbanas dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF beneficiada com destinação de resíduos sólidos em aterros sanitários, em relação à população urbana total dos municípios da RMF projetada para o ano em análise.

Os marcos no sentido da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos na RMF referem-se à elaboração pelo Estado, em 1988, do Plano Metropolitano de Limpeza Urbana; o início da operação, em 1991, do **Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia – ASMOC**, que atende o município de Caucaia e Fortaleza, esse último desde 1997 com a desativação do lixão do Jangurussu; a conclusão, em 1996,

da construção do **Aterro Metropolitano Sul** localizado no município de Maracanaú, que atende também o município de Maranguape; e do **Aterro Sanitário Leste**, localizado em Aquiraz, que atende também ao município de Eusébio.

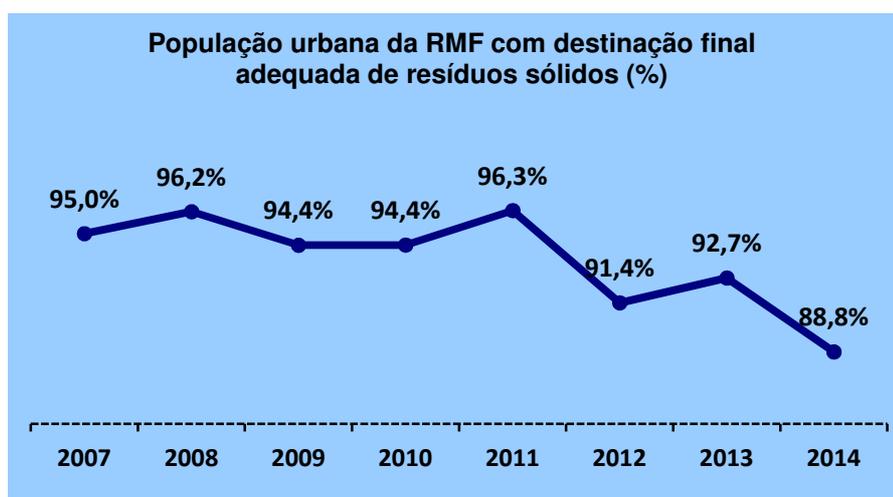
Na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF há outros 3 Aterros Sanitários construídos por iniciativa dos municípios de **Horizonte**, **Pacatuba** e **São Gonçalo do Amarante**, devido à má operação desses equipamentos, em 2012 houve uma involução no status, passando de aterro sanitário a lixões, permanecendo a situação em 2014.

No período 2007-2014, a cobertura da população urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos refletiu o crescimento vegetativo da população da RMF e, também, à ampliação do número de municípios que a compõem.

Em 2014, a RMF passou de 15 para 19 municípios dos quais apenas 7 contam com disposição adequada em aterros sanitários: Aquiraz e Eusébio, com o Aterro Sanitário Leste; Caucaia e Fortaleza, com o Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia; Maracanaú e Maranguape, com o Aterro Metropolitano Sul, e Horizonte.

Assim, registra-se no ano de 2014 um percentual de 88,8% da população urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos, uma diminuição em relação ao percentual de 92,7% registrado em 2013.

Figura 7. Evolução do Indicador População Urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos, Ceará, 2007-2014.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – Cosan.

3.2.2. Análise do Indicador de Resultado: População Urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2014)

O indicador se refere à população residente nas áreas urbanas dos municípios do Interior (exceto RMF) beneficiada com destinação de resíduos sólidos em aterros sanitários, em relação à população urbana total dos municípios do Interior (exceto RMF) projetada para o ano em análise.

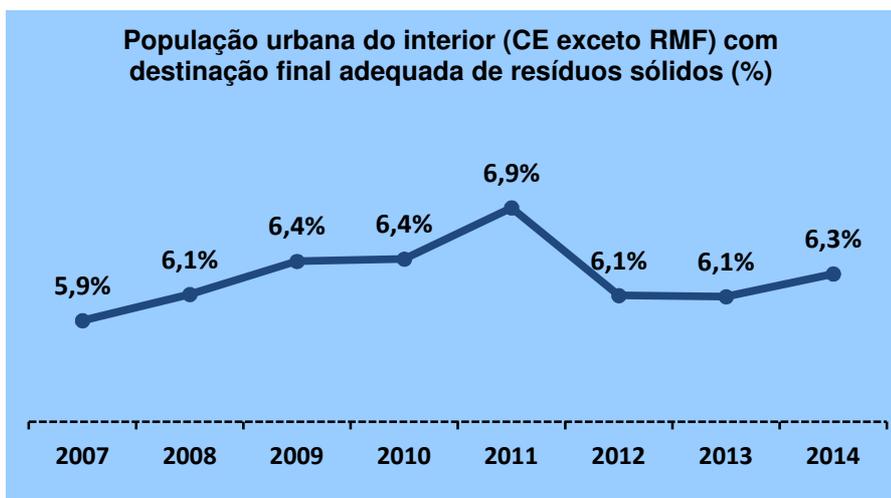
No Interior do Estado a situação da destinação adequada dos resíduos sólidos é crítica, uma vez que apenas o município de Sobral possui aterro sanitário em operação, com licença emitida pela Autarquia Municipal do Meio Ambiente – AMA. Esse aterro atende também ao município de Meruoca.

O Aterro Sanitário do município de Jaguaribara, construído pelo Estado quando da mudança de localização daquela cidade, ocasionada pelas obras destinadas ao reassentamento da população atingida pelas obras do Açude Castanhão, encontra-se na condição de lixão. Também passou a essa condição o Aterro Sanitário de Lavras da Mangabeira que antes operava de forma satisfatória.

Alguns municípios do interior do Ceará, a exemplo de Quixadá, Camocim, Paramoti, Tauá, Itapipoca, chegaram a construir aterros sanitários, no entanto perderam esse status por falta de uma gestão adequada e do alto custo de manutenção do equipamento, por isso, regrediram a condição de lixões. Os municípios de Mauriti e Iguatu construíram seus aterros, mas não começaram a operar, sendo o de Iguatu finalizado em 2010 e o de Mauriti em 2012. O município de Brejo Santo possui um aterro sanitário operando em condições críticas, próximo ao final de sua vida útil, e está buscando adequar-se às condições exigidas pela Semace para emissão da Licença de Operação.

Com isso, registra-se em 2014, um percentual de apenas 6,3% da população urbana do interior beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos, um avanço em relação ao percentual de 6,1% registrado em 2013.

Figura 8. Evolução do Indicador População Urbana do Interior (exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos, Ceará, 2007-2014.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – Cosan.

3.2.3. Influência do Produto no Resultado

3.2.3.1. Produto Aterro Sanitário Construído (2014)

O produto aterro sanitário construído também influencia diretamente o Resultado Estratégico 3 - Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões. Cabe salientar que não foi possível construir aterro sanitário em 2014.

O Estado do Ceará tem realizado um trabalho por meio da Secretaria das Cidades para a elaboração dos projetos executivos nos municípios consorciados das regiões de (1) Paracuru, (2) Caririaçu, (3) São Benedito, (4) Camocim, (5) Sobral, (6) Icó, (7) Milagres, (8) Limoeiro do Norte, (9) Pedra Branca, (10) Assaré, (11) Tauá, (12) Itapipoca e (13) Acaraú, que objetivam a construção dos aterros sanitários regionalizados.

As ações no sentido da elaboração do Projeto Executivo do Aterro Sanitário Consorciado de **Paracuru** foram iniciadas em 2007, com a elaboração do Termo de Referência e do Edital. A Licitação para contratação do projeto executivo de engenharia também foi realizada naquele mesmo ano. Os recursos do Tesouro foram disponibilizados em 2008 e a contratação da empresa ocorreu em 2009, tendo sido iniciado o projeto executivo naquele mesmo exercício.

No período de 2009/2013 foram entregues os seguintes produtos:

1. Relatório Técnico dos Serviços Preliminares (2009);
2. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais - produto II - (2010);
3. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais - produto III - (2010);
4. Estudos Ambientais - produto IV – (2011);
5. Detalhamento dos Equipamentos - produto VIII – (2012);
6. Revisão do Plano Local de Gestão - produto IX – (2012);
7. Planos de Operação e Manutenção - produto X – (2012);
8. Plano de Fechamento dos Lixões – produto XI – (2012);
9. Plano Básico de Saneamento Ambiental – (2013);
10. Serviços Arqueológicos – (2013).

O Projeto Executivo do Aterro Sanitário Consorciado do **Cariri (Caririaçu)** teve ações iniciadas em 2008, quando foram elaborados o Termo de Referência e o Edital. Naquele mesmo ano foi assinado o Convênio com a FUNASA para captação dos recursos financeiros junto ao Governo Federal. Ainda em 2008 foi realizada a licitação do projeto, resultando na contratação do fornecedor, em 2009.

Até o final de 2012/2013 foram entregues os seguintes produtos:

1. Relatório Técnico dos Serviços Preliminares – produto I - (2009);
2. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais – produto II - (2011);
3. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais – produto III - (2011);
4. Estudos Arqueológicos – produto XIII - (2012);
5. Apresentação e aprovação dos estudos ambientais e comprovação das licenças necessárias – (2013);
6. Apresentação e aprovação do detalhamento dos equipamentos a serem utilizados na operação dessas instalações – (2013);
7. Aprovação da revisão e apresentação de uma proposta definitiva para o Plano de Gestão – (2012);
8. Apresentação e aprovação dos Planos de operação, manutenção, ocupação, monitoramento e de recuperação das áreas utilizadas – (2013);
9. Estudos Aviários – (2013).

No que se refere aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **Sobral**, com recursos da FUNASA, foram entregues no período de 2012/2014 os produtos:

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas (2012);
2. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos (2012);
3. Estudos ambientais (2013);
4. Estudos Geotécnicos (2013);
5. Serviços Topográficos (2013);
6. Estudo de Viabilidade Socioeconômica (2013);
7. Projeto Executivo de Engenharia (2014);
8. Projeto de Encerramento dos Lixões Existentes (2014);
9. Plano de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário e Suas Unidades Correlatas (2014);
10. Plano de Monitoramento - Efluentes Líquidos e Gasosos, Água Subterrâneas (2014);
11. Plano de Fechamento do Aterro Sanitário (2014);
12. Estudo de Viabilidade para avaliar venda de crédito carbono (2014).

No que se refere aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **São Benedito**, com recursos da FUNASA, foram entregues no período de 2012/2014 os produtos

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas (2012);
2. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos (2012);
3. Estudos ambientais (2013);
4. Serviços Topográficos (2013);
5. Estudo de Viabilidade Socioeconômica (2013);
6. Serviços Geotécnicos (2014);
7. Projeto de Encerramento dos Lixões Existentes (2014);
8. Plano de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário e Suas Unidades Correlatas (2014);
9. Plano de Monitoramento - Efluentes Líquidos e Gasosos, Água Subterrâneas (2014);
10. Plano de Fechamento do Aterro Sanitário (2014);
11. Estudo de Viabilidade para avaliar venda de crédito carbono (2014).

No que se refere aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **Camocim**, com recursos da FUNASA, foram entregues no período de 2012/2014 os produtos:

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas (2012);
2. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos (2012);
3. Estudos ambientais (2013);
4. Serviços Topográficos (2013);
5. Estudo de Viabilidade Socioeconômica (2013);
6. Serviços Geotécnicos (2014);
7. Projeto de Encerramento dos Lixões Existentes (2014);
8. Plano de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário e Suas Unidades Correlatas (2014);
9. Plano de Monitoramento - Efluentes Líquidos e Gasosos, Água Subterrâneas (2014);
10. Plano de Fechamento do Aterro Sanitário (2014);
11. Estudo de Viabilidade para avaliar venda de crédito carbono (2014).

As primeiras entregas de produtos referentes aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **Icó** e **Milagres** foram iniciadas em 2012. Foram concluídos no período de 2012/2013 os seguintes produtos:

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas (2012);
2. Estudos Geotécnicos (2012);
3. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos referentes a essas regiões (2012);
4. Produto XI – Projeto de Encerramento dos Lixões Existentes;
5. Produto VIII – Plano de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário e Suas Unidades Correlatas;
6. Produto IX – Plano de Monitoramento (Efluentes Líquidos e Gasosos, Água Subterrâneas);
7. Produto IV – Serviços Topográficos Inerentes A Elaboração do Projeto Executivo do Aterro Sanitário e Suas Unidades Correlatas;
8. Produto IV – Estudo de Viabilidade Socioeconômica do Aterro Consorciado;
9. Produto X – Plano de Fechamento do Aterro Sanitário;
10. Produto II – Estudos Ambientais;
11. Produto XII – Estudo de Viabilidade para avaliar venda de crédito carbono.

A primeira entrega referente ao projeto executivo do aterro sanitário regional que beneficiará a região de **Limoeiro do Norte** foi realizada em 2012. Foram concluídos no período de 2012/2014 os produtos:

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas (2012);
2. Estudos ambientais (2014);
3. Diagnóstico da situação atual do sistema de gestão integrada de resíduos sólidos nos municípios consorciados (2014).

O projeto executivo do aterro sanitário que beneficiará a região de Pedra Branca, que foi licitado e contratado por meio do CODESUL, é apoiado financeiramente pelo Governo do Estado. Esse projeto tem sido executado de forma lenta:

1. Caracterização de Área e Escolha de Alternativas;
2. Estudos Ambientais;
3. Diagnósticos do Sistema atual de Resíduos Sólidos.

Em 2014 foi contratada a execução de projetos para atender a mais 4 (quatro) consórcios intermunicipais, quais sejam: Assaré, Itapipoca, Tauá e Acaraú. Todos os contratos estão firmados e homologados. A Ordem de Serviço para início das atividades para a região de Assaré foi emitida pela Secretaria das Cidades em dezembro de 2014. As demais deverão ocorrer apenas em 2015.

4. RESULTADO 4 – EXPANSÃO DAS ECONOMIAS LOCAIS

Tabela 13. Indicadores do Resultado Estratégico Expansão das Economias Locais, Ceará, 2007-2014.

Indicador	Exercício							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Produtores beneficiados com ações de apoio aos arranjos produtivos locais/ às atividades econômicas locais	250	1.684	1.868	3.893	3.893	2.674	800	74

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Territorial – Codut e Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central – UGP I.

No sentido de estimular a expansão das economias locais do Estado, o Governo buscou apoiar as atividades produtivas endógenas, conformadas em Grupos Produtivos de Baixa Renda ou em Arranjos Produtivos Locais – APLs.

Nesse sentido, a atuação da Secretaria das Cidades, realizada por meio do Programa Desenvolvimento Regional (034), apoiou Grupos Produtivos de Baixa Renda e Arranjos Produtivos Locais.

Considerada, pelo Governo Federal, como um dos significativos instrumentos de geração de emprego e renda essa ação concentra-se em aglomerações de empresas (ou produtores) fortemente inter-relacionadas e interdependentes, que interagem com o objetivo de expandir os laços de confiança e cooperação entre seus agentes, e não de forma isolada, individual.

A coordenação, o esforço coletivo, a proximidade, que não é estritamente física entre os agentes, permite a criação de parcerias entre as empresas (ou produtores), muitas vezes organizadas em associações e cooperativas, que ao compartilharem da qualificação de mão de obra, da compra de matérias-primas, máquinas e equipamentos, serviços especializados de logística etc., conseguem acesso a competências que individualmente não alcançariam, e veem aspectos como eficiência, diferenciação, qualidade, competitividade e lucratividade se expandirem.

Para avaliar as ações da Secretaria das Cidades neste âmbito, no resultado estratégico **Expansão das Economias Locais**, que reflete o apoio a aglomerações produtivas, foi definido o indicador “Produtores Beneficiados com Ações de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais” (Tabela 13).

4.1. Análise do Indicador de Resultado: Produtores Beneficiados com Ações de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais

O indicador Produtores Beneficiados com Ações de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais reflete o número de produtores que receberam apoio técnico e/ou financeiro da Secretaria das Cidades por meio do Projeto de Inserção Produtiva.

O Projeto de Inserção Produtiva, iniciado em 2008, foi criado para incentivar as atividades econômicas endógenas de grupos produtivos de baixa renda em que os produtores recebem até um salário mínimo⁴ por mês. A estratégia é direcionar investimentos para atividades econômicas que, ao serem incentivadas, ampliem as rendas das famílias envolvidas, retirando-os da condição de pobreza. Nesse sentido, a Secretaria das Cidades concebeu dois Editais de Apoio aos Projetos Produtivos, um em 2007 e outro em 2009, onde seus beneficiários foram selecionados, prioritariamente, entre os municípios com os menores IDM.

Em 2007, os 250 produtores mensurados foram beneficiados através de projetos pontuais, em sua maioria através de parcerias com outras instituições que também apoiam aglomerações produtivas, notadamente por meio do Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - NEAAPL-CE, instituído neste ano por decreto.

Esse cenário se alterou no período de 2008-2011, com a implantação de dois Editais de Projetos Produtivos e do Projeto Cidades do Ceará Cariri Central, como já mencionado. Com estas iniciativas, a Secretaria das Cidades ampliou sua ação em benefício do desenvolvimento de atividades endógenas, e principalmente, deu a oportunidade dos grupos produtivos gerarem renda em suas localidades.

Com isso, os incentivos se voltaram para ações de natureza econômica, que objetivam, entre outros aspectos, atender as demandas de estruturação produtiva (obras ou reformas de estruturas físicas, aquisição de bens e equipamentos, compra de matérias-primas, formação de capital de giro), e de conhecimento (capacitação e consultorias). Sem esses incentivos, os grupos produtivos não teriam condições, em um primeiro momento, de se desenvolverem e gerarem renda, visto que não possuíam capital para investir nos negócios, nem garantias exigidas das instituições financeiras.

⁴ Nestas condições, a renda per capita das famílias dos produtores beneficiários é inferior a meio salário mínimo, considerando uma média de três pessoas por família.

Em 2014, finalizando a execução do projeto de apoio aos APLs, nenhum município foi apenas 74 produtores foram visitados a partir de 2 projetos produtivos.

A redução no número de beneficiários em 2014 é explicada pelo encerramento dos convênios dos projetos produtivos e pela decisão da Secretaria de não dar continuidade a essa ação, considerando a nova estrutura do modelo de gestão 2015-2018.